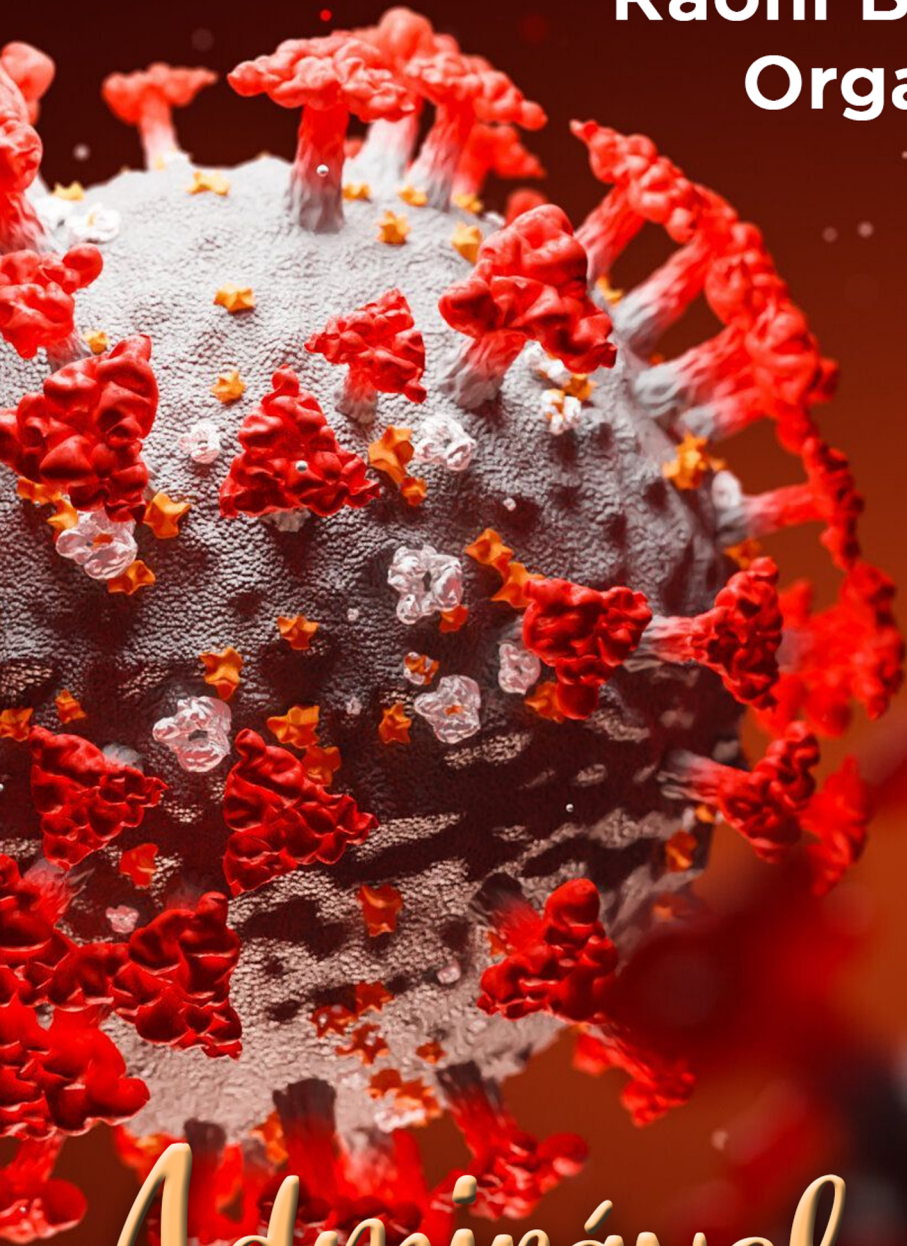


**Jean Henrique Costa
Raoni Borges Barbosa
Organizadores**



Admirável Mundo em Descontrole:

**As ciências sociais
e a pandemia da Covid-19**

Admirável Mundo em Descontrole:

As ciências sociais e a pandemia da Covid-19

Jean Henrique Costa

Raoni Borges Barbosa

Organizadores



Admirável Mundo em Descontrole:

As ciências sociais e a pandemia da Covid-19

Jean Henrique Costa

Raoni Borges Barbosa

Organizadores

1ª Edição

São Paulo – SP

Edição do Autor

2020

2020 ® por

Jean Henrique Costa e Raoni Borges Barbosa

Diagramação

Equipe Editora Lucel

editoralucel@hotmail.com

1ª. Edição: 2020

Acabamento e Impressão:

Editora Lucel ® São Paulo

editoralucel@hotmail.com

(11) 9.5389-3779

Jean Henrique Costa e Raoni Borges Barbosa

Admirável Mundo em Descontrole - 1ª. Edição. São

Paulo: Edição do Autor. 2020. 152 p.

ISBN nº 978-65-00-12333-3

Todos os direitos autorais pertencem expressamente a Jean Henrique Costa e Raoni Borges Barbosa ©. A reprodução de qualquer parte desta publicação seja por qual meio for sem a permissão escrita ou autorização ou por citação desta obra, expressa nos moldes da lei, é ilegal e configura apropriação indébita de Direitos Intelectuais e Patrimoniais (Artigo 184 do Código Penal – Lei nº. 9.610 de 19 de fevereiro de 1.998). Todos os direitos reservados nesta Edição ® 2020 – Jean Henrique Costa e Raoni Borges Barbosa. As ideias, comentários e os conteúdos expressos neste livro são de total e exclusiva responsabilidade de seu autor.

Sumário

Prefácio.....	7
---------------	---

Lázaro Fabrício de França Souza

Apresentação.....	24
-------------------	----

Alexandro de Paula Silva

Ana Maria Moraes Costa

Eliane Anselmo da Silva

Jean Henrique Costa

José Wilson Correa Garcia

Lidiane Alves da Cunha

Raoni Borges Barbosa

As Ciências Sociais em um contexto de Pandemia: reflexões acerca das narrativas sobre a COVID-19	29
--	----

José Wilson Correa Garcia

Eliane Anselmo da Silva

Sobre o sentimento de fracasso no contexto global e nacional de pandemia da Covid-19	56
--	----

Raoni Borges Barbosa

A COVID-19 e o “Novo Normal”: o risco de falácias explicativas	112
--	-----

Jean Henrique Costa

Raoni Borges Barbosa

Remédios da terra, reinvenção da fitoterapia e *fake news*: agentes de cura e internet no contexto da pandemia 135

Alexandro de Paula Silva

Ana Maria Moraes Costa

Lidiane Alves da Cunha

Prefácio

Lázaro Fabrício de França Souza

Cientista Social e Professor do Departamento de Ciências da Saúde (DCS) da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA

Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Humanidades e Saúde do Semiárido – NEPHUS (CNPq/UFRSA)

Quando engenheiros me disseram que iriam usar a tecnologia para recuperar o Rio Doce, perguntaram a minha opinião. Eu respondi: ‘A minha sugestão é muito difícil de colocar em prática. Pois teríamos de parar todas as atividades humanas que incidem sobre o corpo do rio, a 100 quilômetros nas margens direita e esquerda, até que ele voltasse a ter vida’. Então um deles me disse: ‘Mas isso é impossível, o mundo não pode parar.’ E o mundo parou.” (Ailton Krenak, em “O amanhã não está à venda”)

Na esteira dos tensionamentos hodiernos decorrentes da pandemia de COVID-19 que assola o mundo, alguns

processos foram agudizados, sobremaneira os que concernem ao processo saúde-doença de determinados grupos e populações. Decretada a pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 (WHO, 2020), a COVID-19, doença provocada pelo Sars-CoV-2, o “novo corona vírus”, tem atingido com ainda mais força, *exempli gratia*, as populações fragilizadas e em situação de vulnerabilidade, uma vez que essas populações e grupos encontram maiores adversidades e óbices no que concerne às formas de prevenção e isolamento preconizados pela OMS e autoridades sanitárias e de saúde em todo o mundo. Todavia, não se trata somente disso. Tem-se uma esfera privilegiada de reflexão acerca dos mais diversos fenômenos e fatos sociais, em suas diferentes nuances e contextos.

As desigualdades sociais no Brasil, parece consenso, abrolham como um dos alicerces sobre os quais se construiu a nossa história. Parte significativa da população se encontra diante de um cenário escancarado de iniquidades de saúde, de precarização da vida e das relações, onde as condições de existência solapam e impedem práticas efetivas de prevenção e cuidado. Assim, especialmente no Brasil, se pode dizer que os determinantes sociais da saúde – que fazem referência, em linhas gerais, às condições em que uma pessoa trabalha e vive, incluindo as sanitárias, o grau de insalubridade ao qual está submetida, condições de moradia, de acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, à água, grau de exposição à doenças, dentre outros fatores – se somam a diversos outros indicadores de vulnerabilidade, ampliando o risco de adoecimento e de morte, sobretudo quando há a interseção de marcadores sociais.

Os marcadores sociais da diferença, como aponta Schwarcz (2019), dizem respeito às “categorias classificatórias”, frutos de construção social, histórica e cultural que transfigura diferenças físicas em estereótipos. Essas imagens pré-concebidas são utilizadas para construir ideais de preconceito, violência e discriminação, bem como para justificar comportamentos que privilegiam a formação de grupos isolados, e onde as segregações se fazem em conformidade com seus interesses e a polarização em consonância com suas identidades. A intersecção dos variados marcadores sociais da diferença impossibilita, amiúde, a pouca ou nenhuma inclusão efetiva na sociedade, o que se expressa nas maiores taxas de desemprego, baixa escolaridade, baixo acesso à transporte e habitação e, especialmente, no baixo acesso aos serviços de saúde entre determinados grupos e populações. Essas práticas de exclusão tendem a ser “naturalizadas”, onde as práticas levam à flagrante performance da discriminação (SCHWARCZ, 2019).

A despeito de ser global, logo, uma pandemia, há especificidades locais e regionais na desenvolvimento da doença e de seu impacto, o que mostra a necessidade premente de se superar perspectivas reducionistas e generalistas. Como bem colocaram Garcia e Silva (2020), a forma como os fenômenos produzem experiências locais, não são universais.

Ademais, há outro interessante aspecto, como aponta Barbosa (2020), na medida em que se percebe uma cisão “do mundo da vida e do senso comum”, entre agentes e atores que

aceitam a reflexividade e o pensamento contrafactual moderno reflexivo e os sujeitos morais que o rejeitam, com efeito, acabou por transformar o cotidiano em uma experiência pitoresca e caricata de desculpas e acusações e de indistinção entre pessoas boas e más.

Judith Butler (2020), por sua vez, chama a atenção para o fato de que o imperativo do isolamento assenta paralelo com uma nova percepção da interdependência global durante o novo tempo e espaço de pandemia.

Por um lado, foi-nos pedido que nos sequestremos em unidades familiares, em espaços de habitação partilhados ou domicílios individuais, privados de contacto social e relegados para esferas de relativo isolamento; por outro, enfrentamos um vírus que rapidamente atravessa fronteiras, ignorando a própria ideia de território nacional.

Em seguida, a autora se questiona sobre quais são as consequências da pandemia para pensar a igualdade, a interdependência global e as obrigações que temos uns para com os outros.

O vírus não discrimina. Poderíamos dizer que nos trata de igual forma, que nos coloca igualmente em risco de ficarmos doentes, de perdermos alguém próximo, de vivermos num mundo sob ameaça iminente. O vírus, pela forma como se move e ataca, demonstra que a comunidade humana é igualmente precária.

Todavia, Butler reconhece que o encerramento de fronteiras – acompanhadas de práticas xenofóbicas –, o oportunismo de empreendedores ansiosos por lucrarem às expensas do sofrimento global, as radicais desigualdades, incluindo o nacionalismo, a supremacia branca, a violência contra as mulheres e contra a população LGBTQI+, além da exploração capitalista, tudo isto encontra formas de reproduzir e reiterar os seus poderes em zonas de pandemia e aponta para os diferentes impactos que a pandemia pode ter em diferentes lugares, contextos e grupos.

Nesse mesmo bojo, o conceito de necropolítica, cunhado pelo camaronês Achille Mbembe, desponta como outra possível plataforma de análise acerca das questões retratadas. Mbembe (2016, p. 146) faz referência às “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte”. Necropolítica é, diga-se, a “política de morte”, com poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. As possibilidades oriundas à noção de necropolítica permitem acessar a seletividade na produção da morte. A forma que o Estado se volta (ou não se volta) para certos grupos e populações vulnerabilizadas pode ser um fator crucial para

suas vidas ou mortes, para acessar as instâncias de cidadania e dignidade ou para terem suas vidas precarizadas.

Mbembe trabalha com o fato de o Estado construir políticas de exclusão assentadas na ideia de inimigo, elegendo grupos considerados imprescindíveis e outros como descartáveis. A quem se direciona as políticas públicas de Estado, inclusive em contexto pandêmico? Qual a postura do Estado diante das populações e grupos, cada um com suas peculiaridades e necessidades e demandas? Essas perguntas são essenciais para estabelecer se um Estado está praticando a necropolítica ou busca atender seus concidadãos de forma plural. O autor, então, interpela (2016, p. 124): “Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder?” O conceito de necropolítica se volta, então, para os segmentos sociais, para a “normatização” e gerência sobre as vidas, estabelecendo quem pode viver e quem deve morrer dentro e para a manutenção do sistema capitalista vigente.

Não bastasse a tessitura pandêmica, o presidente da República do Brasil, por exemplo, tem cultivado crises institucionais amiúde, dentro e fora do governo. Em entrevistas, ao comentar sobre o número de mortes em virtude da pandemia de COVID-19, Jair Messias manifestou: “Alguns vão morrer? Vão morrer. Lamento, é a vida”; Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre”; “E daí? Lamento”. Estas são parcas exemplificações que se alocam na esteira da necropolítica enquanto ordem de Estado e *modus operandi*. Como assinala Estévez (2018), a desigual distribuição das oportunidades de vida e de morte,

como base do modelo capitalista de produção, acabam por representar a imposição de uma hierarquia e escala de valoração onde uns valem muito e são tomados como imprescindíveis, e outros nada valem ou pouco somam e são prescindíveis.

Segundo um estudo empreendido pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, da PUC-Rio, pretos e pardos morreram por COVID-19 mais do que brancos no Brasil. Os pesquisadores analisaram a variação da taxa de letalidade da doença no Brasil consonante variáveis demográficas e socioeconômicas da população. Para tanto, dados do Ministério da Saúde foram utilizados. À época, maio/2020, levou-se em conta cerca de 30 mil casos de notificações de Covid-19. Considerando esses casos, quase 55% de pretos e pardos morreram. Entre os brancos, o valor ficou em 38%. Em todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade, prevaleceu a maior porcentagem entre pessoas negras. Intersectando escolaridade com raça, pretos e pardos sem escolaridade tiveram 80,35% de taxas de morte, contra 19,65% dos brancos com nível superior. Uma diferença abissal. Algo parecido ocorre nos indicadores relacionados a outras doenças, tais como tuberculose, hanseníase, hiv/aids, sífilis, arboviroses, denotando que as desigualdades sociais impactam fortemente no processo saúde e doença e nos óbitos entre os mais pobres, pretos e com menor escolaridade, ao passo em que o Estado segue com base na necropolítica exercendo um papel genocida.

Michel Foucault, com a noção de biopolítica (de onde Mbembe também parte), apresenta uma fonte igualmente propícia de análise e reflexão. Para Foucault, o biopoder modifica o objetivo de poder disciplinar que outrora se

apresentava no soberano. O que assegurava ao soberano o poder sobre a vida era a possibilidade que tinha de causar a morte.

Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida (FOUCAULT, 1999, p. 294).

Na contemporaneidade, no contexto do Estado moderno, o direito de fazer viver e deixar morrer, por outro lado, atua como uma esfera de gestão sobre a vida e os corpos, operando a partir de estratégias de manutenção dessas vidas e, mormente, do que essas vidas podem oferecer. Esse poder é de outra ordem, aquém do grande poder absoluto, sombrio, que era o poder soberano, que consistia em fazer morrer. Trata-se agora de “fazer viver”.

eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver” (FOUCAULT, 1999, p. 294).

Assim, o controle social voltar-se-á para a população e para “a estatização do biológico”. Foucault postula que:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Para Foucault, tais processos são assumidos a partir de uma série de intervenções e controles reguladores: “uma biopolítica da população”. As disciplinas do corpo e as regulações da população, assim, constituem para ele os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.

A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Diante do exposto, percebe-se que o biopoder se volta a processos que são específicos da própria vida: nascimento, morte, reprodução, processos de adoecimento, migração.

Sob o prisma de Berenice Bento (2018), o Estado surge como agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade. Logo, é possível inferir que isso se estende, outrossim, às questões ligadas à saúde e a oferta de atendimento e cuidado. Para ela,

O que Foucault chama de “deixar morrer” eu aponto como um conjunto de técnicas sistemáticas, racionais, para provocar a

morte daqueles que estão sob os “cuidados” do Estado.

Bento (2018) escreve que a governabilidade não se refere exclusivamente ao cuidado da vida, como propunha Foucault, e levanta a hipótese de que a governabilidade, para existir, precisa produzir interruptamente “zonas de morte”. Logo, governabilidade e poder soberano não seriam formas distintas de poder, como preconizava Michel Foucault, mas apresenta, pensando no contexto brasileiro, uma relação de dependência contínua. Há, por parte do Estado, uma reiterada política de fazer morrer, com técnicas sistemáticas e planejadas, e, uma vez mais, os dados tangentes à saúde das chamadas “minorias” servem de ilustração.

Promovendo a junção dos conceitos de necropolítica, do Mbembe, e de biopolítica, de Foucault, Berenice Bento, então, formula o que chamou de “necrobiopoder”, correspondendo a um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos qualificadores e que distribuem os corpos numa escala hierárquica, que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, ressalta a autora, devem ser eliminados e outros que devem viver, o que se estabelece como ferramenta privilegiada para se investigar o contexto brasileiro.

Partindo do pensamento de Honneth e seu conceito de reificação, Costa e Barbosa (2020) assinalam que é sobretudo por meio da produção de indivíduos incapazes de reconhecer humanidade no próximo que se enseja a política do extermínio. A “naturalização” das milhares de mortes anuais em virtude das mazelas sociais, como a fome, a

delinquência, catástrofes, terrorismo ou epidemias, como as decorrentes da COVID-19, tornam-se uma constante nessa contextura. Ou seja, para os autores, alicerçados em Agamben e Honneth, a consciência reificada naturaliza a morte e banaliza a vida, o que se traduz nos números frios “lançados em um sistema produtor de valor de troca e em uma política genocida reprodutora dos interesses do capital” (COSTA, BARBOSA, 2020).

No contexto em tela, a deliberação acerca do não viver e da necropolítica de extermínio baseia-se, dentre outros, no racismo estrutural e institucional, numa mentalidade escravocrata e numa consciência reificada que naturaliza certas mortes – e apenas estas – num espectro que não se furta em se fazer presente e que é estrutura basilar da necrobiopolítica brasileira. Há evidências significativas de que determinadas minorias são desproporcionalmente afetadas pela pandemia de COVID-19, bem como por diversas doenças.

Determinantes sociais da saúde, como pobreza e acesso à saúde, abastecimento irregular de água, desemprego, e outros que afetam esses grupos, influenciam a qualidade de vida e implica também risco de morte. Afinal, em um cenário pandêmico, como atender orientações dos órgãos de saúde, ditas simples, como lavar as mãos e manter o distanciamento social diante de tantas problemáticas e de um Estado indiferente ou que atenta contra as vidas consideradas descartáveis? É cada vez mais necessário bradar pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde e para que ele possa, de fato, atuar nos esteios da “universalidade”, “equidade” e “integralidade”. Faz-se imprescindível e condição *sine qua non* que todas as barreiras sejam removidas

e que todas as pessoas tenham a oportunidade de ser assistida e cuidada.

Como nos alerta Yien (2016), por outra senda, quando os serviços de saúde se transformam em bens ou mercadorias de troca, há, potencialmente, a abertura para situações de desigualdade nos tratamentos. Podemos depreender que há incompatibilidade no pensamento de que as profissões médicas sempre servem para a garantia da saúde e da vida. Também parece evidente que essa constante mercantilização da medicina, a manipulação de financiamento de medicamentos da indústria farmacêutica, e a busca por prestígio e sucesso profissional, que reiteradas vezes negligencia a ética médica, são partes desse Estado necropolítico, no qual a morte de determinados grupos sociais é autorizada, avalizada.

É preciso, enquanto resposta à pandemia, pensar prioritariamente na proteção de vidas e comunidades, dos grupos, sobretudo dos que têm menos recursos para se proteger, pensar na vida das pessoas, atentando para suas particularidades e necessidades e demandas em saúde, de forma humanizada e solidária, rompendo, inclusive, com a agenda neoliberal, cujo intento precípua é o lucro, e com governos fascistas. É necessário empreender políticas e medidas integradas e efetivas que abracem a todas e todos e subsidie um legado com vistas a um novo pacto social, confrontando os discursos enviesados e assentados na mentira, no negacionismo e no descrédito à ciência, às instituições de saúde e autoridades sanitárias. Silva, Costa e Cunha (2020) sublinham, com efeito, e por oportuno, a incompetência e ingerência das autoridades brasileiras em executar políticas e medidas para além do negacionismo e da

negligência, o que culmina com comportamentos que minimizam o impacto da pandemia, desconsideram recomendações sanitárias e medidas protetivas, naturalizam mortes e ampliam e aceleram a disseminação do vírus e de seus efeitos deletérios.

Os desafios de gerenciar tudo isso, inclusive do ponto de vista da ciência, e de equacionar o conhecimento produzido dentro e fora dela, promovendo um diálogo articulado e produtivo, são de grande monta, mas superá-los pode significar não apenas o erguimento de uma trincheira holística de leitura e compreensão, mas igualmente de ação efetiva. Nesse direcionamento, as Ciências Sociais não podem deixar de se fazerem presentes, dadas sua *expertise* e relevância. As Ciências Sociais e Humanas têm papel cerne e muito a contribuir com um ampliado debate sobre saúde pública e os processos de adoecimento.

A obra que agora em pauta se coloca aborda, em generalidade, a esfera simbólica e relacional pertinente às vidas e sujeitos. Moralidade, política, economia, risco, práticas discursivas e enviesamento ideológico, transformações subjetivas e processos de significação, são alguns dos temas caros à pena dos autores e autoras que perfazem a obra. Percebe-se um trabalho contínuo e analítico intentando dar conta, *lato sensu*, dos efeitos da pandemia sobre a coletividade, sobre os processos e dinâmicas sociais, de fruição das vidas, dos planos biográficos.

“Admirável Mundo em Descontrole: as ciências sociais e a pandemia da Covid-19”, elogiosamente organizada pelos professores e pesquisadores Jean Henrique Costa e Raoni Borges Barbosa, se soma a outros esforços interpretativos almejando se debruçar de diferentes formas sobre um

cenário excepcional, dinâmico, particular e pandêmico, que tem modificado pujantemente o tecido social em todas as suas camadas e matizes, que tem impactado vidas, subjetividades, perspectivas e comportamentos. De leitura reflexiva e elucidativa, a obra se faz mister como possibilidade de amplificar instâncias compreensivas e promover olhares alargados por meio, porque não dizer, de uma “imaginação sociológica”, para referenciar Wright Mills. Nas complexas teias que perfazem as figurações contemporâneas, o cabedal de autores, mundivisões e instrumentais teórico-metodológicos que vêm à reboque dos ensaios se colocam como substrato importante para o entendimento dos desdobramentos da pandemia e dos itinerários propostos.

As Ciências Sociais, nesse diapasão, apresentam um complexo e imprescindível referencial explicativo que permite o debruçamento e a reflexão, mesmo face à excepcionalidade do contexto e todas as suas idiossincrasias. Trata-se aqui, portanto, de formas substantivas de apreensão e leitura da realidade e das representações que lhes são tangentes. Diante de uma crise sanitária e de saúde com poucos precedentes e paralelos, a humanidade precisa se repensar em amplo aspecto, somando-se aí a perspectiva ecológica e de relacionamento com a natureza. Diante do esgarçamento do planeta e das brutais e incontestes formas de exploração dos recursos naturais, a pandemia surge como que um vitral para ponderações sobre os rumos da chamada “civilização ocidental”. É preciso mudar radicalmente o leme. A forma como se estabelece o relacionamento entre pessoas e entre pessoas e o planeta cria um catalisador de vulnerabilidades, originando cataclismas e pandemias.

Relevante reiterar uma vez mais, por derradeiro, que os desafios postos por esse contexto excepcional demandam um esforço articulado, interdisciplinar e dialógico entre as ciências, as diferentes áreas do saber e os diferentes tipos de saberes. É o que se tem aqui, a partir da obra, *par excellence*.

Referências

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. Arte & Ensaios 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018 . Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530005.pdf>>. Acesso em 23 ago de 2020.

ESTÉVEZ, Ariadna. Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos?. **Espiral** (Guadalajara), v. 25, n. 73, p. 9-43, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: vontade de saber**. Rio de Janeiro: Grall, 1988.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

YIEN, Marcio André S. K. **Profissões médicas e violência obstétrica: expertises, monopólios, autoridades e medicalização**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WERNECK J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc** 2016; 25:535-49.

BUTLER, Judith: **O capitalismo tem os seus limites**. Disponível em: <https://situ.media/2020/03/24/judith-butler-o-capitalismo-tem-os-seus-limites/> Acesso em 25 de agosto de 2020.

CDC. Covid-19 in Racial and Ethnic Minority Groups. Disponível em <<https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/need-extra-precautions/racial-ethnic-minorities.html>>. Acesso em: 25 agosto 2020.

Apresentação

Esta breve coletânea de artigos e ensaios de professores, pesquisadores e estudantes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, intitulada **Admirável Mundo em Descontrole: as ciências sociais e a pandemia da Covid-19**, compreende um esforço analítico atípico de duas formas sobre o social e a cultura brasileiros. Cabe primeiramente ressaltar que estes trabalhos foram construídos em contexto atual de crise política generalizada e de intenso impacto na vida acadêmica, de modo que cada pesquisador aqui representado estava profundamente implicado nos processos de adoecimento e luto gerados pela pandemia da Covid19. E, em segundo lugar, cada texto trata a seu modo de situação limite estabelecida não somente na Saúde Pública nacional, mas também na dimensão mais íntima da vida relacional e simbólica dos brasileiros, quando a confiança nas instituições políticas, públicas, coletivas e privadas e os horizontes projetivos de normalidade normativa se estreitaram enormemente.

O primeiro texto dessa coletânea, de José Wilson Correa Garcia e Eliane Anselmo da Silva, intitulado *As Ciências Sociais em um contexto de Pandemia: reflexões acerca das narrativas sobre a COVID-19*¹, aborda como a pandemia do Novo Coronavírus implicou em novos desafios e em novas formas de encarar a vida, e, também, como gerou a

¹Originalmente publicado na RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, V. 19, N. 55, Abril de 2020, SUPLEMENTO ESPECIAL, (MAIO DE 2020), ISSN 1676-8965.

necessidade de abordagens científicas para a compreensão de novos fenômenos, não somente no campo das ciências da saúde, como também nas áreas do conhecimento humano, social e antropológico. Apesar da menor produção das ciências sociais neste campo da saúde, tais abordagens podem oferecer importantes olhares, em uma perspectiva interdisciplinar, para se somar ao combate deste novo e misterioso vírus. Elas, as abordagens propostas pelas ciências humanas e sociais, precisam esclarecer pontos confusos e obscuros das consequências sociais e culturais da proliferação da Covid-19, no contexto da diversidade de povos e nações que compõe a humanidade e particularmente o Brasil. O perigo de criar performatividades generalizantes e universais para se aplicar procedimentos de controle social a populações específicas, pode incorrer em posturas etnocêntricas, muitas vezes disfarçadas de preconceitos e segregações. De acordo com reflexões feitas, tais procedimentos de controle, na maioria dos casos, ocorrem através de narrativas criadas com finalidades específicas, em muitos casos gerando conflitos, confusões e manipulações de caráter ideológico ou políticos, particularmente contextualizado para o cenário sociocultural brasileiro. É nesta perspectiva que as ciências sociais podem contribuir para analisar e esclarecer criticamente, de que forma o surgimento de tais narrativas sobre a covid-19 podem se tornar fatores de polarização e conflitos. Esta é uma das finalidades deste ensaio, assim como oferecer uma abordagem mais humanística sobre este contexto de pandemia que preocupa toda a humanidade, e particularmente o Brasil.

Nesse diapasão, o texto de Raoni Borges Barbosa, intitulado *Sobre o sentimento de fracasso no contexto global e nacional de pandemia da Covid-19*², buscou problematizar algumas das questões sociais, públicas e políticas que emergiram em contexto pandêmico de Covid-19 de forma acentuada no cotidiano (em sentido etnometodológico) do ator e agente social médio brasileiro, isto é, do senso comum em atitude e linguagem natural, mas repentinamente capturado por uma situação limite de falência moral. Nesse sentido, pode-se perceber que as bases axiológico-afetivas e pragmático-expressivas desse sujeito moral se mostraram muito mais vulneráveis aos dilemas existenciais suscitados pela pandemia da Covid-19 do que o arcabouço de práticas e discursos do mundo da vida das classes mais abastadas, de um lado, e das classes tidas como perigosas, de outro. Esta (des-) e (re-)montagem moral e emocional complexa do mundo do senso comum do ator e agente social médio brasileiro foi, com algum sucesso, o objeto analítico etnograficamente construído e por ora exposto em breves notas ensaísticas e provisórias deste trabalho.

O texto seguinte, de Jean Henrique Costa e Raoni Barbosa, intitulado *COVID-19 e o “Novo Normal”: o risco de falácias explicativas*, traz algumas ligeiras reflexões antropológicas e sociológicas sobre este momento de gradual reabertura econômica e de retomada de atividades sociais interrompidas como medida de combate à Pandemia do Novo Coronavírus no Brasil. Antes de tudo, os autores

²Originalmente publicado na RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, V. 19, N. 55, Abril de 2020, SUPLEMENTO ESPECIAL, (MAIO DE 2020), ISSN 1676-8965.

frisam o cenário epidemiológico brasileiro atual, no dia 07 de outubro de 2020, de 4.978.531 casos confirmados de Covid-19 e de 147.759 óbitos (Covidvisualizer.com). Colocam, então, as questões centrais do argumento elaborado: Como compreender esse Novo Normal desde a perspectiva das novas demandas morais, emocionais, cognitivas e comportamentais postas ao ator e agente social comum, ao brasileiro médio das grandes e pequenas cidades? E como se esquivar da torrente de desinformação e de jogos de fachadas que invadiram o espaço público e midiático, desorganizando a deliberação política responsiva e impondo o fracasso do discurso comunicativo sério e racional sobre a crise social generalizada, de falência e pânico moral, - e de preocupante intensificação do empobrecimento e da miserabilidade da classe trabalhadora, - da qual a crise pandêmica do Novo Coronavírus (Covid-19) é um recorte expressivo? Estas questões ocuparam o espaço de reflexão deste breve ensaio sobre um 'Novo Normal' perpassado pela destrutividade cotidiana de práticas metabólicas antissociais de um capitalismo ainda mais predatório, cujos controles sociais falham em regular o extrativismo neoliberal violento em regime de acumulação e, com isso, perpetuam o genocídio industrial, a banalização da vida e a naturalização da morte.

O quarto e último texto dessa coletânea, intitulado *Remédios da terra, reinvenção da fitoterapia e fake news: agentes de cura e internet no contexto da pandemia*, foi assinado por Alexandro de Paula Silva, Ana Maria Moraes Costa e Lidianne Alves da Cunha. Os autores problematizaram os desdobramentos da crise sanitária e política brasileira generalizada no consumo popular de fitoterápicos. Diante

do cenário da pandemia global durante o ano de 2020 causada pelo vírus Covid-19, a fitoterapia brasileira passou a figurar no cenário local como um dos inúmeros atores do cenário de crise e incertezas diante da inexistência de tratamentos ou vacina contra o coronavírus, trazendo os remédios da terra para um novo patamar diante das incertezas desse momento específico da modernidade tardia. Este artigo, fruto de pesquisa de dissertação sobre os raizeiros e de seus resultados a partir da pesquisa de campo na região de Imperatriz- MA, se debruça sobre essa realidade particular em que os fitoterápicos brasileiros, sobretudo os remédios oriundos da floresta amazônica, passam a ser vistos como a única certeza calcada no imaginário popular do poder de cura dessas plantas e na força da memória coletiva sobre os remédios tradicionalmente usados por essas populações para combater as inúmeras doenças que acometem essas regiões tropicais.

Deste modo, a presente coletânea compreende, assim, um modesto, mas considerável esforço analítico de pesquisadores, docentes e discentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN sobre a temática atual e relevante da Pandemia do Novo Coronavírus. O intuito foi o de trazer ao público mais amplo alguns dos projetos de pesquisa do *GEPLAT – Grupo de Pesquisas em Lazer, Turismo e Trabalho* e do *GRUESC – Grupo de Estudos Culturais*, bem como de trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN).

As Ciências Sociais em um contexto de Pandemia: reflexões acerca das narrativas sobre a COVID-19

Social Sciences in a Pandemic context: reflections on the narratives about COVID-19

José Wilson Correa Garcia

Eliane Anselmo da Silva

Introdução

Toda ação começa com uma ideia, que se transforma em narrativa e se torna compreendida e assumida pelo conjunto de pessoas de uma dada realidade social. No campo da epidemiologia isso também acontece. Classificar o alastramento de uma doença infecciosa como “surto”, “epidemia” e “pandemia” é fundamental para determinar o tipo de vigilância e controle a ser tomado, bem como os protocolos de ação a serem adotados. Porém, também pode ser motivo de confusões e equívocos. Olhemos para o caso atual epidemiológico que o mundo vive, como exemplo mais concreto. Em dezembro de 2019, quando um número anormal de pessoas na cidade chinesa de Wuhan começou a apresentar um tipo de infecção respiratória grave e misteriosa, em um curto período de tempo, as autoridades médicas alertaram para o início de um surto. Ações de controle local passaram a ser tomadas, mesmo que de forma

tardia, o que custaria a proliferação de um novo e recém descoberto tipo viral de Corona, o SARS-Cov-2, causador da doença denominada COVID-19.

Em pouco tempo, casos parecidos da doença foram registrados, não somente em outras cidades do país, como também em outros países do continente asiático. Uma nova narrativa aparece: a de epidemia. É quando a China e outros países asiáticos começam a se mobilizar para garantir uma estrutura de controle e combate a um novo inimigo invisível e desconhecido, com alta capacidade de transmissão. Com o crescimento de inúmeros casos e o alastramento da doença para outros continentes, cobrindo quase todo o globo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou aquilo que pode ser considerado como um dos piores cenários epidemiológicos: a pandemia. Tal narrativa, assumida por um organismo mundial, globalizou o vírus e a doença transmitida, de tal forma que o mundo inteiro passou a adotar modelos de controle e ações protocolares comuns para a prevenção e combate ao novo Coronavírus. Basicamente, as ações se caracterizavam a partir de duas estratégias: a primeira de controle restritivo, obrigando a população a manter o máximo de isolamento e distanciamento possível; a segunda, mais perigosa, permitir que o vírus circulasse naturalmente, mantendo uma vigilante observação da sua evolução, mas possibilitando que a população adquirisse, com o passar do tempo, os anticorpos necessários. O primeiro método acabou se tornando um consenso mais prudente, uma vez que se tratava de um novo tipo viral ainda pouco, ou quase nada, conhecido pela comunidade científica.

Como qualquer fenômeno social e humano, o alastramento de um vírus, seja em âmbito local ou global, produz reações e consequências diversas, que podem ser lidas de formas distintas. Geralmente, no ambiente acadêmico, tais leituras acontecem principalmente em áreas das ciências médicas ou biológicas, o que pode criar a impressão equivocada de que as ciências humanas e sociais pouco teriam a contribuir com um debate sobre saúde pública. Em artigo, recém publicado no *Brazilian Journal of health Review* (SILVA et al, 2020) os autores mostram, em âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), as ações de extensão acadêmica produzidas por diversos departamentos da referida universidade desde o surgimento da pandemia. A ausência de propostas dos departamentos de humanidades e Ciências Sociais, em um primeiro momento, parece reafirmar a dificuldade que as academias científicas brasileiras vivem, no sentido de promoverem uma interdisciplinaridade, diante de desafios comuns que enfrentamos – como neste caso atual da pandemia do novo Coronavírus – para reafirmar aquilo que a Política Nacional de Extensão Universitária, aprovada no Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) definiu como papel da extensão universitária: “[...] processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28).

Mas como afirma Chaparro (2020), precisamos das Ciências Sociais para acabar com essa pandemia. Segundo a autora, ao lado de epidemiologistas, matemáticos e cientistas da computação que analisam incansavelmente o movimento

do novo coronavírus, os especialistas das ciências humanas também estão trabalhando duro para impedir que a doença se espalhe. São antropólogos, psicólogos e sociólogos, cujo trabalho não chega às manchetes, mas que no passado foi fundamental para deter devastadoras epidemias. Entre as medidas mais humanas apresentadas, a autora aponta que em casos de emergências de saúde como a que estamos enfrentando atualmente, os especialistas das Ciências Sociais se esforçam para que tais medidas não deixem ninguém para trás. Nesse sentido, as Ciências Sociais, particularmente a Antropologia, podem oferecer elementos teóricos e práticos importantíssimos para a compreensão de tais eventos, buscando superar a tendência comum de se olhar para tais fenômenos de forma monopolizada a específicos saberes ou de forma generalizante, sem considerar as particularidades sociais, econômicas, culturais e locais de onde tais análises acontecem. Assim, a possibilidade de intervenção propositiva, não somente na comunidade acadêmica, mas principalmente na sociedade - como sugere a FORPROEX - se enriquecerá a partir do acúmulo dos muitos saberes dos quais a ciência se compõe. Mostrar as contribuições mais pertinentes das Ciências Sociais, neste caso, será o objeto seguinte deste nosso ensaio.

Contribuições das ciências sociais no debate

Para o cientista social, os dados referentes à Covid-19 no mundo, não são somente dados quantitativos. Para eles, o número de casos e mortes, suas estatísticas e especificidades, tem rostos, trajetórias e histórias concretas e

particulares. Tal perspectiva qualitativa sobre um fenômeno humano faz com que as Ciências Sociais enxerguem tais fenômenos, compartilhados em experiências e ambientes específicos e singulares. Por isso que, para o cientista social, particularmente o antropólogo, a pandemia deve ser considerada como uma experiência vivida nos corpos e nas sensibilidades coletivas, onde cada uma delas é importante e precisa ser considerada para se aprender com elas. Assim, para Lévi-Strauss:

Na antropologia como na linguística... não é a comparação que fundamenta a generalização mas o contrário. Se, como acreditamos, a atividade inconsciente do espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se essas formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos - antigos e modernos, primitivos e civilizados (como o estudo da função simbólica, expressa na linguagem, o indica de maneira tão flagrante) – é necessário e suficiente atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume, para se obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e outros costumes, na condição, é claro, de que se leve bem longe a análise (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 35).

A própria história da Antropologia pode nos ensinar que fenômenos culturais globais são sempre condicionados e se realizam a partir de contextos locais e situados. E cada contexto é formado por um universo simbólico próprio e distinto, que para ser compreendido corretamente é necessária uma atitude aproximativa muito parecida com aquilo que os antropólogos contemporâneos passaram a chamar de etnografia, ou seja, o estudo participante dos aspectos fundantes e mais elementares de uma determinada cultura. Nesse sentido, tomar como base dados locais de apenas uma realidade e converte-los em escala global é irresponsável e errado, pois além de tomar como verdade universal apenas um aspecto específico de determinada realidade cultural, que é muito mais complexa, acaba também limitando aquela determinada cultura a características e processos estáticos, o que contrariaria a principal característica e potencialidade de toda expressão cultural: sua dinamicidade. Outra questão é evitar estigmatizar certos grupos sociais ou nacionais, como aconteceu com os espanhóis na gripe de 1918, que ficou comumente conhecida como “gripe espanhola”. No caso da atual pandemia, originada na província de Hubei (China), que já estava sendo chamada, pelo menos no Brasil, de “vírus chinês”, as autoridades e a mídia conseguiram não rotular essa população, usando os nomes promovidos pela comunidade científica: COVID-19 para falar doença e SARS-CoV-2 para se referir ao vírus.

É obvio que a China, como exemplo mais concreto no caso da recente pandemia, tem uma importante experiência pioneira com a Covid-19, com base em seus números e dados estatísticos, que podem ajudar na compreensão da doença

em escala global. Mas usar tais dados e experiências locais como parâmetro único global, sem nenhum tipo de estudo ou análise crítica, pode ser igualmente perigoso, uma vez que as características socioculturais são específicas daquela realidade. Não há nada que garanta que práticas específicas de controle da pandemia, usadas na china, sejam igualmente eficazes (ou não) em outras regiões do mundo. Por isso, a necessidade de uma compreensão situada e contextualizada, tendo como lugar de fala e escuta o próprio local onde se aplica. As medidas restritivas de isolamento social, assumidas como parâmetro global, por exemplo, foram vivenciadas de formas distintas em países distintos. Na Inglaterra, por exemplo, pensou-se em permitir que o novo vírus circulasse normalmente entre a população, como forma de adquirir anticorpos naturais. Mas estudos provenientes de dados coletados a partir da experiência chinesa, mostraram que o número de mortalidade, pelo nível de letalidade do vírus, poderia chegar a números alarmantes, o que fez o governo britânico assumir uma nova postura de rigorosidade nas medidas restritivas. Neste caso, o acúmulo de informações e dados quantitativos da experiência vivenciada na China serviu de parâmetro para uma nova postura do governo inglês frente ao riscos da pandemia naquele país. Os resultados foram os mesmos? Óbvio que não. E isso, evidentemente, se deve a um conjunto de fatores que são específicos de cada realidade cultural.

No Brasil, mesmo diante dos dados em escala global, o governo federal insistiu em minimizar os impactos da doença causada pelo novo coronavírus, deixando a cargo dos Governadores Estaduais as decisões a partir de suas próprias realidades. No território brasileiro não se adotou

um plano nacional de ações comuns, de curto e médio prazo, para prevenção ao vírus. Ainda conheceremos os impactos de tais posturas e medidas no caso específico do Brasil. Porém, vale aqui reforçar a ideia de que, mesmo que medidas em escala global sejam tomadas, as consequências serão determinadas a partir das características particulares de cada realidade. Isso porque cada povo tem sua especificidade cultural, social e histórica.

Por exemplo, a determinação global do chamado “grupo de risco” é relativa, dependendo de uma série de aspectos. Um idoso de um país subdesenvolvido é completamente diferente de um idoso de um país desenvolvido, não só no aspecto físico/biológico, mas principalmente econômico, cultural, social, etc. As situações ambientais, o acesso a direitos, como saúde, fontes de água, alimento seguro, os níveis de violência doméstica, etc. tudo isso é específico, de acordo com cada realidade. Como dizer, por exemplo, a uma criança subnutrida em um país devastado pela pobreza, que não tem acesso a saneamento básico e onde sabão e água são objetos de luxo, que ela precisa lavar as mãos várias vezes durante o dia? Como dizer a uma mulher, que é agredida quase que cotidianamente pelo companheiro dentro de casa, que ela tem que ficar de quarentena durante um mês inteiro? Todos estes e outros aspectos são analisados pelo cientista social, antes de cair na tentação de performar ou generalizar tais aspectos particulares de uma forma universal. Por isso que as ciências sociais podem muito contribuir com outros saberes que, não necessariamente, têm como pressuposto investigativo aspectos que extrapolam a fisiologia humana.

As ciências médicas, geralmente, são constituídas por procedimentos decorrentes de saberes que se tornaram internacionalizados, ou seja, são compartilhados e institucionalizados como saberes e práticas oficiais. Esse processo de internacionalização da ciência médica, a partir do século XIX, ganhou um status de transnacionalização, tendo em vista a característica do mundo contemporâneo de globalizar e institucionalizar saberes a partir de práticas universais adotadas em comum acordo entre as diversas instituições científicas. Porém, ao ganhar esse status, tais procedimentos e saberes científicos legitimaram mecanismos de colonização de conhecimentos locais, sobre os princípios conceituais do que passou-se a considerar como saúde e doença.

Quando uma doença, como a Covid-19, se espalha, como aconteceu no mundo inteiro, ela leva também consigo narrativas científicas e técnicas procedimentais. Mais ainda, tais narrativas e técnicas podem se impor de forma etnocêntrica à narrativas e acúmulo de saberes locais, fato que pode provocar, dependendo da forma como se dá, mais em equívocos do que em acertos. Números e estatísticas podem ser universais, mas a forma como os fenômenos produzem experiências locais, não são universais. Atualmente, o SARS-Cov-2 e a Covid-19 é um vírus e uma doença em escala global, porém, isso não faz deles um fenômeno universal e as Ciências Sociais podem apresentar ferramentas imprescindíveis, neste difícil momento, para pensar de uma forma situada os seus efeitos. Chaparro (2020) lembra em seu artigo, por exemplo, o papel da antropóloga Melissa Leach em sua luta contra o Ebola, quando, para reduzir o risco de contágio, propôs a

substituição dos rituais de enterro por outros rituais mais seguros, sem eliminar completamente esse tipo de cerimônia religiosa local. Com o máximo possível de respeito as tradições das comunidades que estudava e reconhecendo a importância social dos rituais religiosos nessas comunidades, convenceu suas lideranças a substituir as cerimônias físicas por cerimônias não presenciais até o fim da crise. “As medidas de saúde pública vacilaram, muitas vezes, por razões sociais e culturais”, afirmou a antropóloga depois que a epidemia foi superada.

Um debate que pode acrescentar e contribuir para pensarmos, de uma forma crítica, este contexto de pandemia provém do pensador Michel Foucault que, na proposta de uma de suas reflexões, nos instiga a considerar, também, a doença como uma construção de discursos e falas, isto é, como uma construção narrativa. Segundo ele em seu ensaio *O Nascimento da Clínica*:

A doença deve ser considerada como um todo indivisível, desde seu início até o seu término, um conjunto regular de sintomas característicos e uma sucessão de períodos. Não se trata mais de dar *com o que* reconhecer a doença, mas de restituir, ao nível das palavras, uma história que recobre o seu ser total. À presença exaustiva da doença em seus sintomas corresponde a transparência sem obstáculos do ser patológico à sintaxe de uma linguagem descritiva: isomorfismo da estrutura da

doença à forma verbal que a circunscreve (FOUCAULT, 1997, p. 103).

Para além das consequências e reações anatômicas, que são óbvias, de acordo com Foucault, grande parte da existência de doenças são narrativas ouvidas, registradas e praticadas, seja de forma institucional, coletiva ou de forma subjetiva e pessoal. Por isso, para entender o processo de construção discursiva de uma doença é importante escutar o que falam, como falam, pra quem falam e com qual objetivo falam. De acordo com o pensador francês, a análise discursiva sobre uma doença pode ser mais reveladora sobre a própria doença do que a procura pelos reais efeitos gerais que ela acarreta no plano físico e biológico.

Numa mesma perspectiva, Lévi-Strauss (1996) mostra a convicção de que os estados patológicos têm uma causa e que esta pode ser atingida, dentro de um sistema de interpretação que ordena as diferentes fases do mal, desde o diagnóstico até a cura. Concebendo o corpo e a doença dentro de um sistema de significações próprias do pensamento do grupo que está em jogo, o autor mostra a dinâmica da efetivação e concretização da magia, enquanto um mecanismo psicossocial coerente a partir de uma tripla experiência: a do feiticeiro, do doente e da opinião coletiva. De acordo com o autor,

Existe, inicialmente, a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; em seguida, a crença do doente que ele cura, ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio

feiticeiro; finalmente a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam a cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça (LÉVI- STRAUSS, 1996, p. 194).

Assim, é necessário que, do mesmo modo que o doente e o feiticeiro, o público participe da experiência vivida. A coerência do sistema e o papel que lhe é assinalado para estabelecê-la determina a adesão coletiva. Uma mesma doença alastrada pode ser assimilada e compreendida através do discurso narrativo de quem fala, por exemplo, como “uma gripezinha”, como uma “pandemia” ou como “castigo de Deus”. As diferenças entre tais narrativas são reproduzidas e amplificadas – ora se aproximando, ora se distanciando – intermediadas por interesses de grupos específicos, sejam interesses econômicos, ideológicos ou políticos. E, neste caso, tais mediações exercem uma relação de poder sobre quem as escuta, pois, independentemente de serem narrativas construídas de forma certa ou errada, elas terão o poder de produzir nas pessoas uma leitura de mundo que passará a fazer parte do imaginário coletivo de uma determinada sociedade. Por isso, de acordo com os objetivos que nos propusemos neste ensaio, passaremos a analisar as narrativas sobre a Covid-19 no caso brasileiro.

As narrativas sobre a Covid-19 no Brasil

De fato, a pandemia do novo coronavírus nos mostra que não se trata somente de uma questão de saúde, mas também se trata de uma questão social e cultural, que atinge negativamente grupos específicos de maneiras diferentes, através da mediação de narrativas distintas. No Brasil, tais desafios sociais que chegaram junto com o vírus, se mostraram em narrativas construídas com as mais diversas finalidades, mas tendo algo em comum: acirrar a polarização que divide pessoas e grupos a partir de distinções vazias de sentido. Talvez, os primeiros sinais dessa polarização foram as narrativas de xenofobia e racismo contra pessoas de ascendência oriental. É o que destaca Lima:

A hostilidade afeta não só a população do país, mas cidadãos e descendentes de outras nações do leste da Ásia, e se expressa em insultos contra essas pessoas em espaços públicos e restrições à sua entrada em estabelecimentos. Muitas vezes, permeia a cobertura da imprensa e aparece em comentários nas redes sociais (LIMA, 2020).

Assim que surgiu os primeiros surtos da Covid-19 na China, tais narrativas começaram a ganhar força, reforçando a existência de um abismo quase intransponível entre hábitos culturais ocidentais e hábitos culturais orientais. Curiosamente, para os ocidentais, os hábitos das culturas

orientais passaram a ser reafirmados por eles como perigosos. Por exemplo, o fato de determinados grupos de chineses comerem determinados tipos de comidas se tornou motivo de afirmação de preconceitos, como se tais hábitos fossem os responsáveis pela criação e alastramento de novos tipos de vírus. Porque o mesmo não aconteceu com os Italianos, quando a pandemia ganhou forças lá? Porque os chamados ocidentais se sentem muito mais culturalmente próximos da Itália do que do oriente.

E este sentimento de aproximação e/ou distanciamento criou narrativas de discriminações, preconceitos e divisões com populações de cultura oriental, como os chineses. Isso foi tão evidente no Brasil, que até autoridades políticas e diplomáticas brasileiras criaram constrangimentos, com consequências comerciais ainda incertas, com um dos parceiros econômicos mais importantes do Brasil: a China. Instituições públicas, como o Senado Federal, se manifestaram e reconheceram a institucionalização de discursos de caráter racista em setores da administração pública brasileira (AGÊNCIA SENADO, 2020). Outra narrativa, talvez ainda mais abrangente, foi a do negacionismo da abrangência e consequências da pandemia. E, aqui no Brasil, ela ganhou forças, principalmente por ter sido reproduzida pelas principais autoridades políticas e públicas do cenário nacional. O atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, se tornou um dos maiores porta-vozes da disseminação de narrativas que negavam o vírus e a Covid-19 como uma fator pandêmico de auto risco, o que parece ter desviado as atenções da necessidade de se estruturar ações realmente eficazes para sua prevenção e combate, como expressa Sakamoto:

Além dos problemas trazidos por uma pandemia assassina transmitida pelo contato social, o Brasil acaba gastando tempo precioso para enfrentar esse naco de negacionistas que coloca em risco a si mesmos e aos outros. E gasta energia, pois a cada mudança no cenário, eles preferem terceirizar a responsabilidade para outro. O seu comportamento acaba criando entraves para a aplicação de soluções cuja eficácia vem sendo comprovada por outros países (SAKAMOTO, 2020).

Tal narrativa se construiu em cima da falsa ideia de que a Covid-19 é apenas uma “gripezinha” inventada e reproduzida pela China com finalidades diversas, entre elas comerciais e econômicas. Ao negar a seriedade sustentada pelas mais diversas autoridades médicas e científicas, tal postura construiu uma noção paralela de mundo, onde os culpados são sempre os outros, particularmente os outros culturalmente diferentes. Assim, se torna fácil sempre projetar uma determinada culpa nos outros, para se isentar das responsabilidades que lhes cabem enquanto gestores públicos. Isso acontece no Brasil e o atual presidente da república brasileira reproduz exatamente essa postura narrativa, transformada em ação, ou em falta de ação. Em âmbito mais subjetivo, narrativas construídas com a consequente desvalorização de grupos sociais específicos também mostraram seu poder de divisão e polarização. Um exemplo claro foi a desvalorização da pessoa idosa. É o que

mostra a coluna de Diogo Schelp: "Meu medo de não sair na rua nem é o vírus... meu medo é passar alguém gritando: 'vai pra casa, véia!'" Esse é o conteúdo de um dos inúmeros memes sobre a pandemia do coronavírus que estão circulando nas redes sociais" (SCHELP, 2020).

Desde os primeiros instantes em que se estereotipou os idosos como "grupo de risco", medidas foram tomadas para o isolamento dessa classe social, sem a devida atenção a tipos de cuidado e demandas que as necessidades da pessoa idosa exigem. Por exemplo, a necessidade de sua inserção em uma sociedade já tão marcada pela cultura do descarte, a necessidade de acolhimento e atenção subjugadas pelo abandono, seja dentro de casa ou em instituições que passaram a ser consideradas como potenciais focos de disseminação do vírus. As próprias redes sociais se encheram de piadas e brincadeiras que marcaram a pessoa idosa como as únicas que precisariam ser obrigadas a ficarem dentro de casa. Ou com narrativas que as estereotipavam como teimosas e difíceis de serem controladas.

Igualmente pejorativa, porém mais pela omissão, é o silêncio e a falta de consideração com populações e comunidades tradicionais. Pouco se fala das comunidades tradicionais do Brasil, especialmente indígenas e quilombolas diante do enfrentamento dessa pandemia. A falta de atenção a essas subjetividades culturais coletivas revelam a distância que separa a "civilização" de suas origens humanas. A ausência de políticas públicas de prevenção e combate ao novo coronavírus nesses coletivos culturais escancaram a cultura da indiferença com estes povos tradicionais e com nossas origens. Os povos

indígenas, por exemplo, com uma assistência precária por parte do governo e com o histórico perverso de doenças contagiosas, que dizimaram etnias inteiras no passado, seguem cada vez mais assustados pela crescente onda de invasões em seus territórios, e enfrentam quase sozinhos o avanço da pandemia do coronavírus nas aldeias. Sem dúvida, os povos indígenas estão em situação de grande vulnerabilidade e correm alto risco de sucumbir caso a pandemia da Covid-19 chegue às suas regiões. Os modos de vida da maioria desses povos criam uma exposição às doenças infecciosas a qual as pessoas nas cidades não estão submetidas. Grande parte dos povos indígenas vive em casas coletivas, e é comum entre muitos deles o compartilhamento de utensílios, o que favorece as situações de contágio. Além disso, há uma dificuldade muito grande de acesso a itens que ajudam na prevenção da nova doença, como sabonete, máscara, álcool gel etc.

A Plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil, mostra as informações levantadas com base nos boletins das Secretarias Estaduais de Saúde sobre a pandemia, que para os casos indígenas, tem como fonte a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), subordinada ao Ministério da Saúde (MS). No caso dos indígenas que vivem nas cidades, o atendimento está sendo feito nas estruturas de saúde municipais e estaduais, ou seja, fora do sistema de saúde indígena e por isso não tem um monitoramento oficial desses casos. As vulnerabilidades das terras indígenas frente à Covid-19 são medidas a partir da análise de dados como a vulnerabilidade social, disponibilidade de leitos hospitalares, números de casos por município, número de

óbitos, perfil etário da população indígena, vias de acesso e outros fatores relacionados com a estrutura de atendimento da saúde indígena e mobilidade territorial. Segundo a Plataforma,

Indígenas e não indígenas estão imunologicamente suscetíveis a vírus que nunca circularam antes, como é o caso do novo coronavírus causador da Covid-19. Estudos em várias partes do mundo e no Brasil atestam, no entanto, que os índios são mais vulneráveis a epidemias em função de condições sociais, econômicas e de saúde piores do que as dos não índios, o que amplifica o potencial de disseminação de doenças. Condições particulares afetam essas populações, como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, seja pela distância geográfica, como pela indisponibilidade ou insuficiência de equipes de saúde. (<https://covid19.socioambiental.org>).

Diante desse cenário, os antropólogos consideram que há um risco significativo de haver um alto índice de mortalidade visto que, no passado, houve casos de sarampo e mesmo gripes que fizeram um grande número de vítimas entre as populações indígenas. Com um vírus mais agressivo, como é o caso do Sars-Cov-2, o resultado pode ser catastrófico, temendo-se novos etnocídios. No que tange as

comunidades quilombolas, a situação não é diferente. A invisibilidade do alastramento da doença em territórios quilombolas revela uma situação potencialmente drástica, que também não tem recebido uma devida atenção das autoridades públicas e dos meios de comunicação dominantes, conforme denuncia o monitoramento autônomo desenvolvido pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Os dados revelam uma alta taxa de letalidade da Covid-19 entre os quilombolas e uma grande subnotificação de casos, pois muitas secretarias municipais deixam de informar quando a transmissão da doença e morte ocorre entre pessoas quilombolas. Situações de dificuldades no acesso a exames por pessoas dos quilombos também são relatadas (CONAQ, 2020).

No âmbito internacional, ainda podemos citar o continente africano, que permanece oculto nas notícias e nos meios de comunicação, que insistem em superficializar as informações, reduzindo-as somente a dados estatísticos vazios de sentido e generalizadores. Como o impacto quantitativo de casos da covid-19 no continente africano não foi o mesmo de outros continentes, como o europeu, as consequências reais da pandemia neste continente, historicamente saqueado, pouco foram exploradas pelos veículos de informação e instituições de pesquisa e de fomentação de saberes. Mas uma atenção com relação a incidência dessa pandemia nos países em desenvolvimento, especialmente os da África, onde os sistemas de saúde são em geral frágeis e onde há pouca proteção social, deve ser primordial.

Chaparro (2020) lembra que os desafios de gerenciar esta pandemia são maiores no continente africano, principalmente nos países de menor renda do planeta e onde as desigualdades globais de riqueza são mais pronunciadas. Acrescenta-se no caso da África outros complicadores, como a falta de água potável, a falta de sistemas de esgoto, coleta de lixo ou limpeza urbana que algumas áreas sofrem, que pioram a situação. Todas essas limitações são agravadas por todo preconceito ao sempre se referir à África como uma entidade única, sem reconhecer sua diversidade cultural. Estudos ainda apontam a “cultura africana” como uma barreira para o confinamento efetivo da população. Porém, como ainda ressalta Chaparro (2020), devemos ser extremamente cuidadosos ao atribuir à cultura o que, acima de tudo, pode ser um problema de pobreza e suas consequências. As ciências sociais mostram inclusive, que não é a cultura, mas a pobreza, a principal barreira para alcançar medidas preventivas. E é esse contexto que os vírus aproveitam.

Em âmbito mais geral, a pandemia do Novo Coronavírus tem escancarado as fragilidades de nossos sistemas mais fundamentais, particularmente o sistema de saúde, tão sucateado, que basta uma demanda maior de atendimentos para colapsar os serviços de saúde do país. Por outro lado, a urgente necessidade de medidas públicas para abastecer e dar suporte às estruturas sociais básicas de serviço e atendimento ao cidadão, tem mostrado e alimentado narrativas que mostram o desgaste do modelo econômico neoliberal adotado pelo recente projeto político federativo brasileiro. O mesmo que tende a privilegiar o mercado, a livre concorrência, as privatizações e

terceirizações, os cortes de direitos dos cidadãos e trabalhadores, enfim, tudo isso em função do desmantelamento dos serviços públicos mais fundamentais. Por isso, tornou-se tão difícil, neste contexto pandêmico que atingiu o Brasil, sustentar narrativas que relativizem a importância fundamental do serviço público como fonte de bem estar da população brasileira.

Entretanto, narrativas com caráter mais positivo e propositivo parecem se afirmar dentro de todo esse contexto pandêmico de isolamento social pelo qual a humanidade, e o Brasil, passou e passa. Tais narrativas parecem desconstruir a imagem antropocêntrica do ser humano como predador de um mundo no qual ele próprio se coloca como diferente e superior. Foi surpreendente a reação da natureza com a ausência da ação humana predatória sobre ela. Desde os canais de Veneza, que ficaram quase transparentes pela diminuição da poluição dos sistemas aquíferos, até as montanhas dos Himalaias, que puderam ser vistas da China, coisa que não acontecia em 30 anos por causa da poluição do ar naquela região. São fatos que parecem ter produzido a percepção e alimentado narrativas em nós, seres humanos, de que o planeta parece ficar melhor sem nossa presença e, talvez por isso, devêssemos repensar a forma como nos relacionamos com o mundo que nos cerca. Aprenderemos com esses sinais que o planeta nos dá? O tempo e a história vão nos dizer.

Reflexões Finais

É neste conjunto de olhares, propostos a partir de uma perspectiva crítica pelas ciências sociais, que vale a pena inserir os impactos e influências das tecnologias digitais como potencializadoras das diversas narrativas construídas a partir deste contexto de pandemia. Ao mesmo tempo, contrapor com narrativas mais otimistas que, nem sempre, são visibilizadas com a mesma ênfase. É fato que o acúmulo de informações produzidas no ambiente de comunicação e interação das tecnologias digitais resultam em uma quantidade gigantesca de dados que podem ser usados, através de tecnologias algorítmicas, com as mais diversas finalidades. Em relação à pandemia do Novo Coronavírus não é diferente. Muitas das informações sobre dados quantitativos e informações locais, em tempo real e em qualquer parte do mundo, podem se tornar filtradas e manipuladas para que cheguem até um determinado tipo de usuário a informação que lhe convém, de acordo com critérios e finalidades ideológicos ou politicamente preestabelecidos. Isso, obviamente, cria uma falsa noção de consciência que leva a pessoa a achar que aquela informação, específica daquele contexto particular, possa e deva ser aplicada no mundo inteiro. O sentimento de medo e pânico nascem exatamente por intermédio desse mecanismo de deformação através da manipulação da comunicação, principalmente alimentada pelo que comumente passou a se conhecer por *fake news*. Assim, informações falsas e manipuladoras mantêm um padrão determinado de circulação, em muitos casos, com mais rapidez do que o

próprio vírus e também muito mais nocivo do que ele próprio.

No enfrentar da crise atual, os cientistas recomendam analisar o que foi feito em epidemias passadas. Através de um documento publicado pela plataforma Ciências Sociais em Ação Humanitária, promovido pelo UNICEF e pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, foram sintetizadas 15 lições aprendidas das epidemias passadas de gripe e da SARS (doença respiratória causada por outro coronavírus no ano de 2003). Entre essas lições está a transparência da informação, pois a retenção de informações ao público, segundo este documento, pode ser muito prejudicial, pois se as pessoas não obtiverem esses dados de fontes oficiais, elas dependerão de meios não confiáveis. Na pandemia de Influenza A de 2009 (H1N1), por exemplo, a neutralidade da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi questionada porque o público pensava que o risco havia sido exagerado em benefício das empresas farmacêuticas, que se beneficiariam do acúmulo de vacinas (CHAPARRO, 2020). Por outro lado, mesmo diante desse contexto caótico de produção e perpetuação de narrativas sobre a Covid-19, marcado em muitos casos por informações falsas e alarmistas, o cidadão brasileiro, comparado com outras realidades sociais e culturais, ainda parece resguardar uma atitude mais cautelosa e, ao mesmo tempo, otimista em relação às consequências e desfechos da pandemia. Em pesquisa recente, *Tracking the Coronavirus*, do Instituto Ipsos (MACIEL, 2020), atualizado em meados de Abril de 2020, mostrou que o brasileiro, comparado com outros povos, permanece com uma postura mais otimista em relação ao retorno da normalidade. Tal otimismo brasileiro parece ser

compartilhado, de acordo com dados da referida pesquisa, com outros países emergentes ou em situação de subdesenvolvimento. O fato de o otimismo ser compartilhado entre aqueles povos considerados "inferiores", em termos de desenvolvimento humano (o que já sugere uma contradição do ponto de vista etnológico), revela a necessidade de pensar os impactos sociais e culturais da pandemia a partir das características que são próprias da nossa cultura. Já, dentre as preocupações, 82% dos brasileiros têm neste tempo de pandemia, o desemprego e a falta de renda como maior preocupação (topo do ranking), o que nos leva a crer que a perspectiva da renda e do trabalho, de fato, não podem ser dissociados das outras questões e necessidades. Porém, a maior porcentagem reconhece tomar as precauções de higiene e distanciamento necessários para prevenir a infecção. Por outro lado, o nível de informação do público brasileiro ainda parece estar à mercê das grandes corporações de comunicação. Segundo os dados, 77% dos brasileiros tem como principal fonte de informação canais de TV aberta, 59% mantem-se informados pelas redes sociais, 42% por WhatsApp e 30% por canais de TV fechada.

Mesmo diante de um certo otimismo, os mecanismos de informação do brasileiro ainda representam um desafio para qualquer pessoa, no que diz respeito à capacidade de pensar fora de toda essa caixa de desinformações e narrativas que insistem em polarizar e dividir o Brasil e sua complexidade cultural. Em um país dividido, é mais fácil convencer através da pandemia da desinformação e da ignorância. A pandemia da Covid-19 parece ter chegado, também, para nos mostrar que precisamos aprender a combater não somente aquilo que nos atinge na saúde fisiológica, mas também aquilo que

nos atinge na saúde de nossos valores culturais. Por fim, como ressaltou Hetan Shah, diretor executivo da Academia Britânica, “se quisermos superar esse vírus, precisaremos da experiência e do conhecimento de uma ampla variedade de disciplinas, desde ciências sociais e humanas até medicina, biologia e engenharia” (CHAPARRO, 2020).

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Senadores demonstram preocupação com ataques à China nas redes sociais.** Senado, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/06/senadores-demonstram-preocupacao-com-ataques-a-china-nas-redes-sociais>>. Acesso em 01 de Maio de 2020.

CHAPARRO, Laura. A medicina não é suficiente: por que precisamos das ciências sociais para acabar com essa pandemia (Artigo). Tradução de Bruno Leal. In: **Café História – História feita com clique**, 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/ciencias-sociais-novo-coronavirus-pandemia/>. ISSN: 2674-5917. Publicado em: 20 abr. 2020. Acesso em 15 de maio de 2020.

CONAQ. **Boletim Epidemiológico em Quilombos no Brasil – Corona Vírus COVID-19.** Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/covid-19>, 2020.

FORPROEX. Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3oUniversit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 01 de Maio de 2020.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro, Editora Forense- Universitária, 1997.

LIMA, Juliana Domingos de. **Como o racismo aflora diante do medo do Coronavírus**. Nexo Jornal, 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/03/Como-o-racismo-aflora-diante-do-medo-do-coronav%C3%ADrus>> Acesso em 01 de Maio de 2020.

MACIEL, Fabrizio. **Brasil em tempos de Coronavírus**. Instituto Ipsos, París, 2020. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/pt-br/brasil-em-tempos-de-coronavirus>> Acesso em 30 de Abril de 2020.

Plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil. Covid-19 e os povos indígenas. Disponível em: <<https://covid19.socioambiental.org/>>. Acesso em 15 de maio de 2020.

SAKAMOTO, Leonardo. **Discurso negacionista vai se adaptando e dificulta combate ao coronavírus**. UOL, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo->

sakamoto/2020/04/10/discurso-negacionista-vai-se-adaptando-e-dificulta-combate-ao-coronavirus.htm> Acesso em 01 de Maio de 2020.

SCHELP. Diogo. **Pandemia dá vazão a preconceito represado contra idosos**. UOL, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/diogo-schelp/2020/04/02/pandemia-da-vazao-a-preconceito-represado-contr-idosos.htm>> Acesso em 01 de Maio de 2020.

SILVA, Márcia Regina Farias da et al. **Reflexões sobre as ações extensionistas e de pesquisa no combate à COVID-19 na universidade do estado do Rio Grande do Norte**. *Brazilian Journal of health Review*. Rev., Curitiba, v. 3, nº 2, p. 3622-3646, mar-abr. 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A análise estrutural em linguística e em Antropologia In: **Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia In: **Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A eficácia simbólica In: **Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

Sobre o sentimento de fracasso no contexto global e nacional de pandemia da Covid-19

About the feeling of failure in the global and national pandemic context of Covid-19

Raoni Borges Barbosa

Introdução

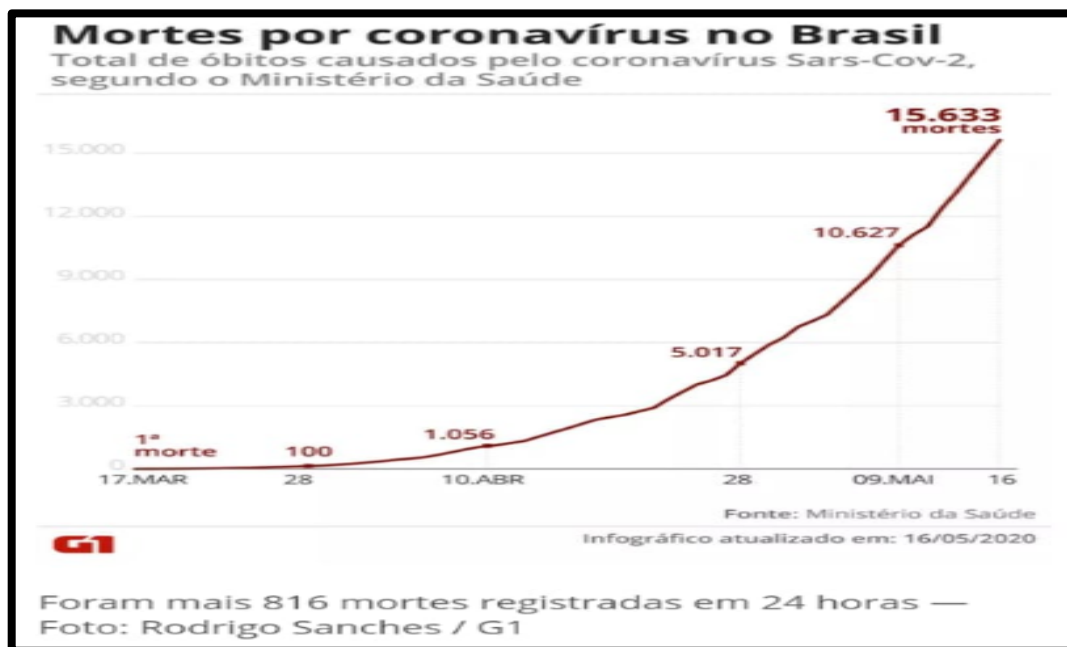
Este artigo buscou problematizar questões sociais, públicas e políticas (GUSFIELD, 1986) que emergiram em contexto pandêmico da Covid-19 de forma acentuada no cotidiano do ator e agente social médio brasileiro. Os pilares morais e emocionais e cognitivos e comportamentais desse sujeito moral se mostraram muito mais vulneráveis aos dilemas existenciais suscitados pela pandemia da Covid-19 do que o arcabouço de práticas e discursos do mundo da vida das classes abastadas, de um lado, e das classes tidas como perigosas, de outro. Nesse sentido, os desencontros entre postulados neoliberais de racionalidade econômica e as narrativas ecologistas e pós-modernistas de limitações humanas e ambientais, os impasses referentes aos princípios da segurança coletiva e da liberdade individual enquanto bens públicos tutelados pelo Estado compõem, entre outros, o elenco de problematizações que a pandemia da Covid-19 despertou e consolidou como reflexão banal e ordinária dos jornais, das redes sociais e das discussões familiares. O lugar simbólico e imaginário do Brasil no cenário internacional das nações civilizadas, com efeito, sofreu também enormes

deslocamentos na percepção coletiva de normalidade normativa e de orgulho e de vergonha em relação aos ganhos e conquistas nacionais em quesitos como saúde, segurança, democracia, governabilidade, qualidade das lideranças políticas e outros bens públicos. Entretanto, deveras importante e curioso, no caso em tela, veio a ser a generalização deste cenário de crise civilizacional, - desdobrada em dimensões de falência social, econômica, política, cultural, e de projetos e trajetórias individuais e coletivas, - bem como os usos e abusos deste cenário de crise da civilização ocidental para o exercício corriqueiro da jocosidade, da elaboração de *fake news* e de *image making* (ARENDT, 1997), e, - quiçá até mais grave em termos de continuidade de processos civilizadores (ELIAS, 1993 e 2011), - da desfiguração moral (GOFFMAN, 2012) que rompe com as posturas próprias da ação comunicativa e semeia as noções corrosivas de fracasso (SCHEFF, 1990) e de ridículo (BERGER, 2017). Noções estas que, no espaço público, ante uma ameaça enigmática onipresente, - e, em tese, somente perceptível a partir do adoecimento e da morte de pessoas próximas e quando devidamente classificados estes fenômenos desde uma linguagem específica de peritagem e de expertise, - obliteram os sentidos da Política (ARENDT, 1997) e irritam profundamente mesmo o mais embotado pensamento contrafactual inerente a uma sociedade de riscos em formato de modernidade reflexiva. Esta (des-) e (re-) montagem moral e emocional complexa do mundo da vida e do senso comum do ator e agente social médio brasileiro foi, com algum sucesso, o objeto analítico etnograficamente construído e exposto em breves notas provisórias deste artigo. Esta exposição organiza-se, então em três grandes argumentos, cuja lógica etnográfica teve

primazia em relação a preocupações teóricas, muito embora toda a descrição densa apresentada e debatida seja teoricamente interessada. Deste modo, portanto, buscou-se muito mais organizar e expor as discussões, fofocas, intrigas, desculpas e acusações corriqueiras e em enorme fluxo que aconteceram principalmente a partir do dia 17 de março de 2020, - quando do registro oficial do primeiro óbito em razão da Covid-19 no Brasil, - até o dia 16 de maio de 2020, quando o cenário de crise sanitária no país registrava os números alarmantes de 15.633 óbitos acumulados, tendo 816 mortes ocorrido nas últimas 24h. O gráfico abaixo, recortado de notícia do portal G1 e veiculado em grupos de WhatsApp como o *Frente Brasil PB*, *AtualizaPB NOTÍCIAS 24H*, *RESIDENCIAL RENASCENÇA*, *Maçons Progressistas – PB*³ e nos vários grupos de WhatsApp, Instagram e Facebook envolvendo familiares e amigos, ilustra os dados supracitados em função matemática:

³Estes grupos de WhatsApp foram selecionados para a análise etnográfica em função do grande número de participantes que agregam (*Maçons Progressistas – PB* – 62, *AtualizaPB NOTÍCIAS 24H* – 131, *Frente Brasil PB* – 170, *RESIDENCIAL RENASCENÇA* – 243) e também por oferecerem um recorte ideológico estável entre atores e agentes sociais que partilham de circuitos e círculos sociais partilhados, como no caso dos grupos *Frente Brasil PB* e *Maçons Progressistas – PB*; ou de embate e enfrentamento ideológico entre anônimos, como no caso *AtualizaPB NOTÍCIAS 24H*, e entre conhecidos e vizinhos, como no caso *RESIDENCIAL RENASCENÇA*.

Figura 1: Gráfico de curva do número oficial de óbitos em razão de COVID-19 no Brasil entre os dias 17.03 e 16.05.2020.



Fonte: Recorte de notícia do G1, retirado de Grupo de WhatsApp.

O primeiro momento do artigo abordou o sentimento generalizado de fracasso ante o alastramento exponencial e global do Novo Coronavírus desde a cidade chinesa de Wuhan até os mais inimagináveis rincões do Alto Xingu brasileiro e dos mais higienizados *Dörfer* alemães e *towns* ingleses. O impacto sanitário e político-econômico deste novo flagelo paulatinamente reunia a população global em uma renovada crise civilizacional, mas agora não mais em função da ameaça terrorista, como em 2001, ou da quebra de bolsas e sistemas financeiros, como em 2008, ou mesmo em função dos indesejados fluxos migratórios saídos em massa

dos *failed* e *failing states* não mais normatizados em decorrência das crises anteriores, como tornou-se banal acompanhar pelas telas de comunicação virtual hiper acelerada a partir de 2009. Perguntava-se, então: será esta a crise de uma geração, a crise que finalmente trará aos trilhos da história os sentidos do século XXI? Este incômodo estar-entre que adjetiva os contextos liminares tanto suportavam projeções pessimistas de que tudo voltaria a um *normal* pior quanto indicavam janelas de oportunidade para o *fazer diferente*. O segundo momento do artigo buscou reunir, em modo de bricolagem, recortes de notícias sobre a situação de pânico e de falência moral, de medo, de indignação e de vergonha generalizados, mas também de acusação conspiratória e de segregação de plateias e bastidores que perfaziam o tumultuado cenário mundial de enfrentamento da pandemia do Covid-19 na ótica exótica e interessada dos empreendedores morais (BECKER, 2008) brasileiros. Assim que o que acontecia em países centrais para o espelhamento das culturas emotivas e morais que se inserem na autoimagem de civilização ocidental, - tais como os EUA, a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Itália, - era acompanhado e processado como argumento de juízo de valor positivo e de realidade objetiva; enquanto que o que se mostrava na China, atualmente o centro alternativo mais pulsante em relação ao Ocidente, era, então, carimbado como um estigma negativo e de tergiversação da realidade objetiva.

Ainda na abordagem do contexto global de crise sanitária, interessou situar a discussão, - sempre mediada por descrições densas dos recortes midiáticos e de informações ideologizadas de redes sociais produzidos no

Brasil, - sobre como a pandemia da Covid-19 era um sintoma da questão ambiental e da questão político-institucional inerentes às práticas civilizatórias ocidentais já globalizadas em formato de capitalismo informacional (CASTELLS, 1999), de sociedade de risco (BECK, 2007) e de modernidade reflexiva (GIDDENS, 2002). O dilema posto no desencontro das racionalidades ECONômicas e ECOLógicas da sociedade global, bem como nos impasses entre arranjos político-institucionais de racionalidade individualista ou coletivista, em regimes democráticos ou autoritários, são ligeiramente tensionados com base nas reflexões então comunicadas pelos empreendedores morais à frente de leituras futurologistas do presente. O terceiro e último momento do artigo aborda o olhar perspectivado desde as redes sociais sobre a pandemia da Covid-19 no Brasil, enfatizando, com efeito, seus traços mais marcantes de falência institucional por parte das agências estatais, por um lado, e de confrontação politicamente desarticulada e sarcástica, por outro lado. As crises mundiais somaram-se, no caso brasileiro, à crise política, institucional, econômica, moral e cultural que assola o país desde o ano de 2013, - quando os enfrentamentos das facções políticas nacionais minaram a possibilidade de uma governabilidade constitucionalmente estabelecida, - e que se cristaliza, em um primeiro ciclo, com o tumultuado processo de impedimento presidencial, em 2016, e, em um segundo ciclo, com eleições majoritárias ainda mais avessas à legalidade e à legitimidade do exercício arendtiano (ARENDT, 1997) da opinião no espaço público. Esta experiência político-institucional brasileira, entretanto, por mais que se construa em paralelo com avanços autoritários em países vizinhos, como nos EUA e nas Filipinas, na Hungria e na Bielorrússia, acabou por assumir o colorido

pitoresco de uma figuração social (ELIAS, 1993 e 2011) engendrada por um Estado burocrático autoritário, policialesco e pessoalizado, que vocaliza uma lógica elitista de regulação das massas, e uma população politicamente inexperiente nos usos da Burocracia, do Estado e da violência contestatória, de modo que tornou-se mestra em declinar suas aspirações políticas em termos de crítica irreverente, irônica, debochada, esrachada, carnavalizada e, para seu próprio sentimento autoespelhado de fracasso e de ridículo, politicamente impotente, muito embora seja uma forma de humor (BERGER, 2017) culturalmente espetacular. Estes três momentos argumentativos perfazem o esforço analítico do presente artigo, cuja ênfase, como já mencionado anteriormente, foi a de organizar dados etnográficos para reflexões mais densas sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na, em tese, reconfiguração da Civilização Ocidental. Por ora, contudo, coube uma ligeira reflexão sobre o sentimento de fracasso no contexto global e nacional da pandemia causada pelo flagelo do Novo Coronavírus.

Um mundo sem garantias: sobre o sentimento de fracasso ante a pandemia da COVID-19

O sentimento de fracasso pode ser compreendido como um momento específico na organização da economia de afetos (ELIAS, 1993 e 2011) e dos projetos individuais e coletivos que orientam a política de vida (GIIDENS, 2002). Este momento particular de choque com a realidade e de acionamento do pensamento contrafactual, com efeito, ao

estabilizar-se como uma situação limite⁴ em suspenso ante figurações sociais que demandam escolhas sérias e posicionamentos e posturas morais e emocionais de impacto na biografia individual e nas trajetórias coletivas, acaba por poluir o espaço público com um sentimento corrosivo de ressentimento e vergonha desgraça (SCHEFF, 1990). O fracasso, nesse sentido, - assim como suas variações morais em sentimentos de decepção, de falência, de pânico, de ridículo e de frustração, - se insere na longa e colorida família de sentimentos de vergonha (BARBOSA, 2015 e 2019; KOURY e BARBOSA, 2016 e 2019): remetem às ameaças internalizadas e às experiências públicas de perda da fachada, de desfiguração moral, de destruição de projetos de vida, de rebaixamento em hierarquias e juízos de valor, de impossibilidade de afirmação de vínculos, de valores e de gramáticas emocionais identitárias. O sentimento coletivo de fracasso, portanto, se instaura no espaço público, - na arena do discurso político que organiza a fragilidade dos assuntos

⁴ O conceito de situação limite, de Karl Jaspers (1974), como entendido aqui, remete a uma situação de iminência de falência e de pânico moral, de modo que se estabelecem discursos generalizados de desculpa e acusação em um cenário de indistinção entre pessoas boas e más (HUGHES, 2013; KATZ, 2013). Nestes cenários de ampla desorganização normativa, as vulnerabilidades interacionais, na acepção goffmaniana (GOFFMAN, 2012), são enfatizadas no sentido de borrar as fronteiras e hierarquias que sinalizam para o ator e agente social em jogo comunicacional os meios e fins legítimos da ação, potencializando uma dinâmica micropolítica das emoções (CANDANCE, 1990) de ira/raiva e violência que responde a uma história de mágoas, ressentimentos e vergonha desgraça (SCHEFF, 1990).

humanos (ARENDT, 2010), - quando consensos sociais e culturais tácitos são postos em xeque, de modo que os processos de construção social do real como realidade objetiva e subjetiva (BERGER e LUCKMANN, 1966) são perturbados por uma avalanche de ruídos ideológicos e não mais comunicam ao indivíduo e ao grupo o sentimento ontológico de pertença a uma comunidade.

A crise generalizada instaurada pela pandemia da COVID-19 trouxe ao ator e agente social comum a atual experiência direta com situações complexas de riscos sociais somente estimados e comunicados por sistemas peritos (GIDDENS, 1991). Esse novo quadro de perigo, expresso na virtualidade onipresente de um vírus desconhecido, mobilizou a fofoca familiar e pública para a percepção de um mundo sem garantias e de riscos imediatos de adoecimento e de óbito vexatório e em isolamento, por um lado; ou para a negação desta percepção pautada na confiança sistêmica e, por conseguinte, para uma postura moral e emocional de afirmação de valores tradicionais inerentes a uma modernidade ainda tardo-estamental, de crença religiosa, mágica e mística. Esta cisão do mundo da vida e do senso comum entre atores e agentes sociais que aceitam a reflexividade e o pensamento contrafactual moderno reflexivo e os sujeitos morais que o rejeitam, com efeito, acabou por transformar o cotidiano em uma experiência pitoresca e caricata de desculpas e acusações e de indistinção entre pessoas boas e más. O uso de máscaras protetoras de rosto; de álcool em gel para a constante assepsia de objetos e das mãos; a prática social da quarentena e do isolamento social de contaminados pelo Novo Coronavírus, mas assintomáticos em relação à Covid-19; bem como os

argumentos e contra-argumentos em torno da estratégia de retirada de populações em situação de rua e de *lockdown* de municípios e estados federados, - tais como as carreatas e orações públicas que exigiam reabertura do comércio local e até mesmo intervenção militar, no caso brasileiro, - comunicavam um *modus operandi* burocrático-estatal e cidadão voluntarista, ambos desesperados para a contenção dos processos biológicos de contaminação comunitária. Esta desorganização progressiva do cotidiano de atividades educacionais, - com milhões de crianças ‘presas’ em casa, no caso da classe média urbana, - econômicas, - com a suspensão do comércio e do transporte público, - e artísticas, - com a proibição de aglomeração de mais de quatro pessoas no espaço público, - provocava para o senso comum questionamentos mirabolantes e acusações das mais frívolas do outro relacional generalizado (MEAD, 1973), do tipo que punham sentidos e consensos morais e emocionais de ponta cabeça:

- se não trabalho para cumprir o isolamento social, então morro de fome;
- se me arrisco a trabalhar, provavelmente morro de Covid-19;
- se fico em casa, reduzo a probabilidade de risco de contaminação, mas isso pouco importa se já estou contaminado;
- se há grupos de risco de contaminação, então que estes sejam poupados enquanto a economia é operada pelos saudáveis;
- a crise sanitária é um projeto político esquerdista para desgastar o atual governo neoliberal, conservador e de extrema-direita, ou, ainda mais, é um projeto chinês de

reestruturação da economia global, isto é, uma terceira guerra mundial a ser vencida com o ataque biológico aos países guardiões da civilização ocidental;

- se sigo as instruções de empreendedores morais da política, então faz sentido o uso de hidróxido de cloroquina para o combate ao Covid-19;
- a Organização Mundial de Saúde trabalha para os chineses, que querem vender vacinas e aparelhos respiratórios;
- se as práticas de quarentena, isolamento e distanciamento social não dão conta de atingir mais de 50% da população, então melhor mesmo é salvar a economia;
- o auxílio emergencial em três parcelas mensais de R\$ 600,00 para a população pobre é um sinal apocalíptico, pois três vezes seis resulta no número 666, expressão satânica do fim dos tempos;
- o reiterado adiamento estatístico do pico de contaminação por Covid-19 é uma evidência irrefutável de que os governos semeiam o caos;
- era tudo uma questão de ter impedido a realização do carnaval, ainda em fevereiro, mas o brasileiro é hipócrita e fez carnaval para não trabalhar depois disso;
- a Covid-19 é uma gripe diferente, mas basta estar bem alimentado que se supera.

Este repertório simbólico e imaginário sobre um mundo sem garantias e atualmente desvelado pela ação do Coronavírus expressava principalmente o ressentimento das camadas médias urbanas brasileiras ante a pandemia da Covid-19. Em um país assolado pela crise político-institucional desde o ano de 2015 e que apostara na saída

autoritária desta turbulência, a obrigação de uma ação social altruísta, politicamente custosa e economicamente duvidosa, simplesmente irritava e ressentia comerciantes, empresários, autônomos e assalariados em desespero ante o fracasso de ter que suspender as próprias atividades econômicas e de não poder impô-las à população. Em matéria de jornal, reproduzida abaixo, jornalistas denunciavam o ressentimento em curso nas arenas públicas nacionais, valendo-se de práticas de *abuso de liberdade de expressão*, de *propagação de mentiras*, de *ataques às universidades e à Ciência* como estratégia política de reconhecimento público e escalada de poder. Este breve recorte de jornal, ensaio intitulado *O vírus e a peste*, sintetiza a história natural do Coronavírus e da peste da Covid-19 por ele causada: de perigo descoberto na China à risco global manipulado politicamente para o acobertamento da situação e sentimento generalizado de fracasso e ressentimento.

O vírus e a peste

Justificando, 19.03.2020, Autoria de Caio Henrique Lopes Ramiro e Roberto Bueno
[<http://www.justificando.com/2020/03/19/virus-e-a-pestes/>].

Desde o final do ano de 2019, precisamente no dia 31 de dezembro, o mundo tomou conhecimento do aparecimento de um novo vírus corona, a partir do comunicado feito pelas autoridades chinesas à Organização Mundial da Saúde (OMS), dando conta de casos, a partir da cidade de Wuhan, de

infecções respiratórias parecidas com uma pneumonia. No início do corrente ano foi alcançado o sequenciamento do novo vírus e, na data de 20 de janeiro, o cientista chinês Zhong Nanshan confirmou a transmissibilidade entre seres humanos.

A partir de então ocorreu um rápido processo de discussão, em um sentido forte, de deliberação racional e científica e, como não poderia deixar de ser em tempos de pós-verdade, de **disseminação de notícias falsas e relativização dos impactos da doença** e, muito também, pelo desserviço prestado por algumas plataformas digitais que franqueiam o espaço para a **prática do abuso da liberdade de expressão**, com a **propagação de mentiras contra os argumentos da ciência** (a questão das vacinas, por exemplo) e **ataques às universidades e às fontes do conhecimento** e seus atores em geral, por um nítido **ressentimento** de uma notável massa orgânica de pseudointelectuais — à **busca de aliar reconhecimento público à posições de poder** — que brotaram do submundo das mídias sociais.

O recorte jornalístico do ensaio intitulado *A crise que definirá nossa geração* logrou abordar de forma ainda mais pitoresca o que definiu como *momento de agonia coletiva*: a falência dos princípios econômicos neoliberais, o

desaparecimento dos líderes políticos da arena pública de responsividade, o descaso em tempo longo com a saúde pública e o reiterado investimento em armas, assim como o fechamento voluntarista de fronteiras internacionais, estes todos são momentos agônicos de fracasso e de ressentimento generalizados. Eis, então, que a breve notícia associai crise geracional, por um lado, e a obrigação de redefinição global de *prioridades, líderes e destinos*:

A crise que definirá nossa geração

Em exílio, mundo é obrigado a se repensar suas prioridades, seus líderes e seu destino

EL PAÍS, 17.03.2020, Autoria de Jamil Chade
[<https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-03-17/a-crise-que-definira-nossa-geracao.html>].

[...]

Mas a quarentena também impõe perguntas desconfortáveis ao mundo. **Como é que certos governos gastam mais em armas que em remédios?** Em 2018, o mundo destinou 1,8 trilhão de dólares de seus orçamentos públicos para o setor militar. A OMS estima que precisa de 7 bilhões de dólares para lidar com o vírus.

Outra pergunta inconveniente se refere ao **destino dos mais pobres nessa crise**. Para uma classe privilegiada do mundo, nunca foi tão fácil vencer uma pandemia. ...

Curioso como, num momento de agonia coletiva, a mão invisível do mercado parece não ter poderes para lidar com um inimigo.

Resta apenas a ironia de ver ultraliberais perguntando: onde está o estado? A

constatação é simples: a dificuldade em dar uma resposta ao vírus é o preço que o planeta está pagando por décadas investindo pouco no serviço público.

Desconcertante também é a pergunta sobre onde foram parar os líderes. Aqueles que deveriam chamar para si a responsabilidade pelo destino do mundo optaram pela miopia de uma disputa política por mandatos e influência.

Inquestionável por décadas, a abertura de fronteiras também foi suspensa e a Europa, por algumas semanas, voltará a manter a desconfiança sobre seus vizinhos. O fechamento, agora, pode servir como uma insurreição das consciências de que os luxos do século 21 foram conquistas sociais que o século 20 nos deixou. E conquistas que envolveram o sangue de muitos.

As mesinhas nas calçadas pela Europa não são apenas um hábito de lazer. Trata-se de uma parcela do contrato social de democracias vivas. A garantia da segurança pública, a garantia da renda, a garantia do tempo de lazer, a garantia de participação. Ao vê-las vazias, recolhidas e empilhadas,

fica a sombra da possibilidade de que nada é irreversível.

O ressentimento, - postura moral e emocional resultante da definição da situação como fracasso, - enquanto juízo de valor aponta para uma experiência de desordenamento do mundo, ou seja, o sistema socioafetivo e de posições foi transgredido ou corrompido. Goffman, neste sentido, aborda o ressentimento de jogadores que gradualmente se descobrem como o “marca” da relação, enquanto que, na teoria eliasiana sobre o poder social, o ressentimento é entendido como o sentimento de exclusão ou de inferiorização do *self* dos círculos de pertença e de reconhecimento, de modo que pode ser desenvolvido tanto pelos fracos ou escravos, quando experimentam a frustração de sua ascensão ou emancipação social, quanto pelos senhores, quando experimentam situações de perda de privilégios e decadência material. Konstan (2009), por seu turno, trata do ressentimento como fenômeno emocional e moral objetificado em um vocabulário expressivo e comportamental próprio. O autor, deste modo, identifica um sentido psicológico, um sentido social e um sentido existencial para esta emoção ou gramática moral. Em sua dimensão psicológica, o ressentimento se apresenta como uma raiva e irritação duradoura, cultivada e acalentada perante uma frustração ou quebra de confiança que põe em xeque a ordem moral e interacional, confundindo desejos, projetos e memórias individuais e coletivas. De uma perspectiva social, o ressentimento compreende uma humilhação reiterada, ou vergonha desgraça, em razão da desqualificação do sentimento de pertença. O ressentimento,

assim, extrapola o sentimento de perda ou de medo da perda da fachada individual em uma situação de ofensa ou injúria à pessoa, mas responde mais particularmente ao preconceito ou discriminação da pessoa enquanto membro de um grupo e identidade coletiva em uma relação entre estabelecidos e *outsiders*. Enquanto fenômeno existencial, Konstan (2009, p. 61) vale-se de Max Scheler para pontuar que:

[Ressentimento é] uma atitude mental duradoura, causada pela repressão sistemática de certas emoções e afetos que são componentes normais da natureza humana. A repressão dessas emoções leva a uma tendência constante de se permitir atribuir valores incorretos e juízos de valor correspondentes. As emoções e afetos primordialmente referidos são vingança, ódio, malícia, inveja, o impulso a diminuir e desprezar.

O ressentimento, neste sentido, emerge como uma paixão vil, obsessiva e duradoura que envenena a subjetividade e o humor do indivíduo atomizado e desfigurado por humilhações reiteradas, incapaz de participar da ordem interacional normal, com suas exigências de decoro, aprumo e vergonha cotidiana, sem recorrer a recursos de ironia, sarcasmo e ofensa moral. Trata-se, assim, de uma emoção que gradualmente se desloca de um objeto ou evento real, pois se volta contra tudo e contra nada em particular. O atual contexto global e nacional de

pandemia da Covid-19, nesse sentido, traz à discussão o sentimento de fracasso e de ressentimento generalizados em um mundo sem garantias ontológicas, sem prioridades axiológicas, sem líderes políticos e sem destino. A mensagem que chega ao ator e agente social comum, privado de seu mundo comum e aprisionado em uma bolha cada vez mais restrita de improvisações e astúcias para *sair dessa*, é que à frente espreita o retorno a um *normal pior* ou a um *fazer diferente*, ambos, porém, sentidos liminares de horizontes morais e emocionais frustrados, decepcionados, falidos e fracassados em suas expectativas existenciais mais básicas.

O enfrentamento da pandemia da Covid-19 no mundo: perspectivas midiaticizadas acessíveis no Brasil

Este segundo momento do artigo parte do já exposto e debatido sobre o contexto global e nacional de fracasso e ressentimento como posturas morais e emocionais generalizadas para, - a título de uma abordagem etnográfica de notícias de jornais, fofocas de redes sociais e ruídos ideológicos corriqueiros, - situar as perspectivas midiaticizadas acessíveis no Brasil de enfrentamento da pandemia da Covid-19 no mundo. Isto é, no mundo que interessa aos empreendedores morais brasileiros enquanto espelho de suas próprias produções sociopolíticas. Trata-se, contudo, de tangenciar cenários, mais do que os exaurir, de modo que o presente argumento parte de como a situação de caos na Europa e nos EUA foi narrada midiaticamente no

Brasil para, ato contínuo, problematizar três questões centrais no enfrentamento global do Novo Coronavírus: a questão econômica e ambiental; a questão político-institucional; e a questão política internacional; todas estes elementos de um ritual dramático de produção da realidade semiótica como estratégia de intervenção no e de administração do real objetivo e subjetivo. Sobre o ritual dramático de produção da notícia e da reportagem jornalística, interessa aprofundar a discussão de formação de públicos e a construção de narrativas públicas e dramáticas, conduzida por Gusfield (2014), com a abordagem sistêmico-construtivista de Luhmann (BERGHAUS, 2003) sobre a construção da realidade semiótica sobre a realidade factual mediante a mediação de conhecimentos de base partilhados (*Hintergrundwissen*), mas não consensuais, enquanto forma moderna de integração social em sociedades complexas. Enquanto Gusfield explora a transformação do problema social em problema público e, posteriormente, em problema político, inserindo em sua análise o elemento moralizante e indutor de condutas sociais do empreendedor moral, - mídia, - em cruzada simbólica e disputa moral pela propriedade do público; Luhmann organiza a sua discussão da mídia (os dispositivos produtores e difusores da grande fofoca social), propriamente, como complexo sistêmico que opera uma linguagem específica: a da informação, entendida como código legitimador da ação.

A informação, alçada à condição sistemática e autorreferente de leitura plausível e crível do real factual, consolida, na leitura de Luhmann, a imagem sobreposta ao mesmo tempo em que, no acúmulo cotidiano desta produção simbólica e material, formata a cultura moderna mediada

e virtual, em que cada nova informação desintegra-se logo após o momento de seu consumo, gerando a exigência de mais informação. Esta irritação constante, inerente a um sistema autofágico, sempre em movimento, caracteriza o código midiático informação/não-informação. A notícia de jornal, com efeito, instala no social uma liminaridade insuperável, sentida pelo homem comum urbano como um horizonte inatingível de busca pela completude factual de eventos distantes midiaticizados e performatizados como sua realidade próxima e imediata. A construção social da realidade pela mídia, nesse sentido, se assemelha a uma montagem moral e emocional desencantada de um cotidiano sempre em busca de novidades mediante a performatização diferenciante do convencionalizado (WAGNER, 2012). Esta banalização da informação como produto massificado de consumo corriqueiro e quase que irreflexivo evoca a *perda da aura* como fenômeno resultante da reprodutibilidade sistêmica de bens simbólicos (BENJAMIN, 2014)⁵, cujo traço diferenciador passa ser a sua posição em uma escala serial ou temporal de eventos quase que idênticos no processo circular de invenção e contra-invenção da cultura (WAGNER, 2012).

O ritual dramaturgico de produção e de difusão da notícia de jornal, segundo Luhmann (BERGHAUS, 2003), compreende critérios de objetificação midiática do real e

⁵Benjamin (2014) entende por perda da aura o processo de desencantamento que caracteriza o objeto, material ou simbólico, produzido segundo a lógica mercadológica do produto capitalista, pensado para o consumo imediato e descartável e envelhecendo logo em seguida.

corresponde a uma retórica de novidade do evento ocorrido, ainda que esta novidade apareça enquadrada na banalidade da repetição cotidiana de problemas sociais. Preferencialmente são noticiados conflitos e clivagens sociais, cuja apreciação busca quantificar e escalonar os mesmos, conectando-os à espacialidade e à temporalidade do público que se quer atingir. As transgressões morais, principalmente quando a escandalização e a moralização das mesmas se faz possível, são amplamente passíveis de exploração midiática, uma vez que rendem narrativas seriadas e personalizadas, que captam a atenção do leitor e aguçam a sua curiosidade pelos detalhes e pelas ambiguidades da narrativa. As transgressões morais são performatizadas a partir de personagens em ação, cujo comportamento público ou privado polariza a opinião do leitor e o induz a uma tomada moral e moralizante de posição sobre um caso que, apesar de ser abordado como atual e isolado, prenhe de novidade, pode poluir e desfigurar toda uma categoria de atores e agentes sociais, de lugares, objetos, símbolos e linguagens. Em alusão a Luhmann, enfatiza Berghaus (2003, p. 211s):

Pessoas e ações - também estes são constructos. Contextos são recortados; bastidores de interações e processos “bioquímicos, neuropsicológicos ou psíquicos”, que perfazem o indivíduo humano, não são introduzidos na notícia. Com base na síntese “pessoa”, por exemplo, de um político, pode a Mídia evocar a impressão de conhecimento íntimo,

produzir vínculos com a comunicação cotidiana, borrar ou provocar desentendimentos em relação à particularidade operacional de sistemas sociais funcionais distintos, - como política e a própria mídia, - o que gera a necessidade de mais comunicação associada à notícia narrada. Produz-se a impressão de que a pessoa, para além da figura pública, é conhecida em sua intimidade⁶.

Luhmann, nesse sentido, enfatiza o potencial estigmatizante e de empreendimento moral da mídia, cujo poder reside na aferição de plausibilidade e de credibilidade aos temas publicamente vocalizados e sintetizados na forma de notícia, gerando quadros semânticos, gramáticas morais e culturas emotivas sobre o real factual desconhecido para a maioria dos seus leitores. A mídia, portanto, dispõe de amplo espaço no cotidiano do homem comum urbano, enquanto empreendedor moral e agente mobilizador de especialistas sobre aspectos problemáticos da realidade social, fazendo mesmo uso oportuno e conveniente da externalização de opiniões de seus operadores e agentes na produção de narrativas públicas e dramáticas, tal como discorre Berghaus (2003, p. 212) a partir de sua leitura de Luhmann:

⁶Tradução livre do trecho de Berghaus (2003, p. 265) sobre Luhmann.

A mídia transforma opiniões, cuja emergência frequentemente ela própria provoca, em eventos noticiáveis. Trata-se de “eventos que jamais se realizariam, caso não houvesse o interesse em sua midiatização. O mundo passa a ser, do mesmo modo, preenchido com ruídos, com iniciativas, comentários, crítica”. (1996, 69ss)⁷.

A rotinização desses critérios na produção dramatúrgica e midiatizada do real consolida modelos retóricos e ritualísticos de construção social da realidade semiótica apresentada ao público consumidor de notícias. Como em uma tela, deslocam-se pelo jornal os personagens urbanos em ação, performatizando novidades no âmbito de enquadramentos temáticos, morais e emocionais. Trata-se, como enfatiza Luhmann, de um modo de integração social mediante a produção e o consumo de uma cultura de massas que prescinde da formação de consensos, - algo impossível em uma sociedade moderna, - para a sua autorreprodução e que passa a ofertar, portanto, não uma segurança ontológica sobre o real factual, mas construções identitárias, temas e complexos simbólicos a partir dos quais a comunicação cotidiana pode mais facilmente ancorar-se e fluir. De acordo com a leitura de Berghaus sobre Luhmann:

⁷Tradução livre do trecho de Berghaus (2003, p. 212) sobre Luhmann, com citações deste autor.

Com os “critérios de seleção” as redações de notícias da mídia selecionam algo como informação de uma infinita quantidade de possíveis verdades. Com isso, alguns elementos individuais são “descontextualizados” e retirados do seu contexto no mundo exterior e factual, com os quais se torna possível começar algo em sentido programático.... Desta forma a mídia produz “identidade”; “condensados semânticos”, “temas”, “objetos” - construções novas, que não se apresentam na realidade factual da forma mediatizada. Exemplos incluem: “O 11 de Setembro”; “A queda do Muro de Berlim” ...⁸. (BERGHAUS, 2003, p. 212).

A mídia, nesse sentido, passa a potencializar, a partir de consensos e dissensos públicos sobre o real factual, sempre intransparente e ambíguo, e agora mediatizado e apresentado como realidade semiótica indutora de condutas públicas, mais interação simbólica em torno da disputa pela apropriação moral do evento construído no formato de narrativa moralizante. Nesse sentido, com efeito, foi possível observar por dias a fio a construção do argumento midiático, por parte da mídia corporativa brasileira, no formato de crise social generalizada e de falência civilizacional nos EUA e nos países europeus centrais. Os recortes de notícias, abaixo,

⁸Tradução livre do trecho de Berghaus (2003, p. 213) sobre Luhmann, com citações deste autor.

ênfatizando os milhares de óbitos já ocorridos nos EUA, na Itália, na Espanha e em França, bem como as imagens da Figura 2, - expondo caixões empilhados em uma vala comum e, ao lado, caminhões guardando corpos por Covid-19, - e da Figura 3, - mostrando em imagem de satélite a dispersão do Coronavírus pela Europa e, ao lado, a imagem de um profissional de saúde totalmente vestido com roupas de proteção em um hospital ou laboratório, - ilustram pontualmente a narrativa midiática brasileira sobre o fracasso global no combate ao Covid-19. Seguem abaixo os recortes de notícias de jornais e de imagens, tal qual retiradas dos grupos de WhatsApp etnografados:

EUA registram 4.591 mortes em 24h, número recorde

Poder360, 17.04.2020

[<https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/eua-registram-4591-mortes-em-24h-n%c3%bamero-recorde/ar-BB12KL03?ocid=sf>].

[...] Estados Unidos registraram **4.591 mortes por covid-19 nas 24 horas** terminadas às 19h (no horário de Brasília). [...]

O país já contabiliza 671.151 casos e 33.268 mortes. A 2ª nação com mais óbitos é a **Itália: 22.170**. Em seguida estão **Espanha (19.315) e França (17.941)**.

Figura 2: Imagem de vala comum com caixões empilhados e de caminhões com corpos em decomposição de mortos por Covid-19.



Fonte: Recorte de notícia do CBSNEWS.COM e Pragmatismo, retirado de Grupo de WhatsApp.

Coronavírus é encontrado em partículas de poluição do ar

HypeScience, 25.04.2020, Autoria de Juliana Blume

[<https://hypescience.com/coronavirus-e-detectado-em-particulas-de-poluicao-no-ar/>].

Pesquisadores coletaram amostras do ar na Itália e encontraram gene altamente específico do Sars-Cov-2. Agora eles querem saber se o vírion (vírus fora de uma célula hospedeira) poderia ser carregado pela poluição e infectar pessoas depois de percorrer longas distâncias.

Figura 3: Imagem de satélite com a concentração do Coronavírus, em vermelho, na Europa (recorte da notícia Coronavírus é encontrado em partículas de poluição do ar) e, ao lado, manchete de jornal informando 23.660 mortes por Covid-19 na França.



Fonte: Recorte de notícia da HypeScience e do MundoAoMinuto, retirado de Grupo de WhatsApp.

Esta narrativa de fracasso civilizacional como elemento público fundamental da reflexividade e da (des-) confiança sistêmica da sociedade global era desdobrada pelos peritos espertos nacionais, por conseguinte, a) uma questão econômica e ambiental que apontava para a falência civilizacional entre os discursos de ECOnomia e ECOlogia; b) uma questão político-institucional já antiga no imaginário e na retórica política ocidental, que justamente denunciava o combate ao Coronavírus como momento de desorganização das democracias liberais ainda vigentes em regimes de vigilância e monitoramento totalitário, remetendo às fabulações em torno do *Big Brother* e do *Nany State*, por um lado, ou alertando para a possibilidade de construção de comunidades informacionais de Citoyen, por outro; e, c) por último, uma questão de política internacional em torno de uma nova guerra fria envolvendo as superpotências China vs. USA. Estes novos dilemas foram postos e repostos na fofoca corriqueira sobre os impactos da pandemia da Covid-19 desde os mais variados espectros político-ideológicos, ilustrando, em geral, uma futurologia utópica de refundação do mundo civilizado no momento pós-Covid-19. Como bem pontuaram Luhmann (BERGHAUS, 2003) e Gusfield (2014), trata-se de narrativas espiraladas em momentos crescentes de acúmulo de tensões morais e emocionais nas interações simbólicas de construção objetiva e subjetiva do real, de modo que correspondem, por um lado, às transformações processuais de problemas sociais em problemas públicos e políticos sobre o bem viver com a natureza (o dilema econômico e ecológico), com o próximo (o dilema político-institucional) e com o distante (o dilema político internacional). A condução destes três dilemas ou grandes questões civilizacionais, entretanto, eram conduzidas como

afirmação ou como negação da dignidade da Ciência como busca da verdade objetiva sobre o real e da Opinião no espaço público como produção intersubjetiva da realidade negociada. O dilema econômico e ecológico era então declinado em torno de problematizações sobre o custo econômico de cada vida individual perdida em função da Covid-19 e dos prováveis custos coletivos da pandemia, alçado na casa de milhões de mortos e trilhões de dólares de prejuízo, por um lado; e, por outro lado, dos limites ecológicos de uma economia que devora florestas e libera novos vírus sobre a humanidade. Este dilema econômico e ecológico é aqui ilustrado nos recortes de jornais intitulados *O elo entre desmatamento e epidemias investigado pela ciência* e *Quanto vale uma vida*, abaixo reproduzidos:

O elo entre desmatamento e epidemias investigado pela ciência

Deutsche Welle, 15.04.2020, Autoria de Nádia Pontes [<https://www.dw.com/pt-br/o-elo-entre-desmatamento-e-epidemias-investigado-pela-ci%C3%Aancia/a-53135352?fbclid=IwAR0eeOaC7jDDD0OxJMa8a232s37RvmGhxOtNIaMBUYw6JkpVGPlZFiFDTF8>].

Cientistas alertam há décadas para **o risco de novas doenças como consequência da destruição de florestas**. Assim como a Ásia, origem do novo coronavírus, a Amazônia é vista como possível polo de enfermidades.

Faz pelo menos duas décadas que cientistas repetem o alerta: **à medida que populações avançam sobre as florestas, aumenta o risco de micro-organismos – até então em equilíbrio – migrarem para o cotidiano humano e fazerem vítimas. ...**

Estudos científicos publicados anos antes da atual pandemia já mostravam a conexão entre perda florestal, proliferação de morcegos nas áreas degradadas e coronavírus. Análises assinadas por Aneta Afelt, pesquisadora da Universidade de Varsóvia, na Polônia, descrevem como **os altos índices de destruição florestal nos últimos 40 anos na Ásia eram um indicativo de que a próxima doença infecciosa grave poderia sair dali. ...**

Tais condições não se aplicam apenas a essa parte do mundo. Na **Amazônia, onde em 2019 o desmatamento bateu o recorde desta década, com 9.762 km² destruídos, e os alertas de desmatamento aumentaram 51,4% entre janeiro e março de 2020 em relação ao período anterior, o cenário é parecido.**

Quanto vale uma vida

NEXO JORNAL LTDA., 14.04.2020, Autoria de Marcelo Roubicek

[https://www.nexojornal.com.br/especial/2020/04/14/Quanto-vale-uma-vida?utm_medium=Social&utm_campaign=MomentsExtratos&utm_source=Twitter].

Na economia, estudos tentam **calcular o valor produtivo e estatístico que se perde quando alguém morre**. A pandemia do novo coronavírus — e as medidas usadas para contê-la — trouxeram esse debate à tona de forma inédita

As perdas humanas decorrentes da pandemia do novo coronavírus crescem a cada dia. Em diferentes países, muitos dos quais já contabilizam milhares de vítimas, há previsões de o total chegar a dezenas ou até centenas de milhares de mortes. **Mesmo com medidas de distanciamento social que tentam frear o número de doentes, sistemas de saúde ao redor do mundo dificilmente passarão ilesos – o que levará a um número de mortos inevitavelmente maior.**

Também sabe-se que a **economia vai sofrer um grande abalo**, já visível em diversos lugares. Com **fechamento de comércios** e a adoção de **quarentenas**, as pessoas saem menos de casa e o consumo cai drasticamente, o que afeta negativamente

empresas de todos os portes. O **desemprego aumenta**, resultando em uma queda ainda maior do consumo e em uma espiral descendente da economia. Não à toa, as expectativas de órgãos internacionais são de uma **forte recessão global em 2020**.

Em meio a um cenário de crise sem precedentes no século 21, iniciou-se uma discussão no Brasil e no mundo sobre se, **mesmo diante da rápida disseminação da covid-19, a doença causada pelo novo coronavírus, o Estado deve adotar medidas que ajudam a frear a crise sanitária mas prejudicam a economia**. Entre os argumentos a favor dessa visão está a perspectiva de as perdas econômicas serem **potencialmente ainda mais profundas que as causadas pela crise de saúde**.

O cálculo da capacidade produtiva

Há duas principais metodologias apontadas. A primeira leva em conta a **perda de capacidade produtiva de uma pessoa quando ela morre**. ...

Em um cenário em que não são tomadas medidas de prevenção à disseminação do vírus e 60% da população é contaminada a uma taxa de mortalidade de 1%, 1 milhão e 260 mil pessoas irão morrer. O “prejuízo” chegaria a R\$ 800 bilhões.

Já na **metodologia do valor estatístico da vida**, o exemplo mais conhecido é o do valor

utilizado pela EPA (Agência de Proteção Ambiental dos EUA). As estimativas da agência pública apontam que, no país, cada vida valha em torno de US\$ 9,4 milhões.

Se as piores estimativas para o cenário americano se cumprirem e ocorrerem 2 milhões de mortes pelo coronavírus nos EUA, as perdas econômicas serão de quase US\$ 20 trilhões.

O dilema político-institucional e o dilema político internacional, por sua vez, foram declinados, por um lado, em especulações sobre o mundo pós-pandêmico, se mais ou menos autoritário, se mais ou menos solidário e se mais disposto à cooperação global do que ao confronto; enquanto que, por outro lado, autoridades políticas brasileiras associavam o Coronavírus à China e à OMS, entendendo partir destes atores e agentes políticos globais uma estratégia comunista de dominação da humanidade, bem como denunciavam, em tom de desfiguração moral e estigmatização, as estratégias de isolamento social como práticas totalitárias inspiradas em regimes políticos genocidas do século XX . Os recortes abaixo, intitulados *O mundo após o coronavírus, Pandemia: ministro denuncia "plano comunista", cita China e questiona OMS* e *CONIB condena comentário de chanceler comparando isolamento social com campos de concentração nazistas* ilustram como esses dilemas são produtos de uma comunicação profissional em termos de elaboração de narrativas midiáticas politizadas, polêmicas e polarizadoras do espaço público:

Yuval Noah Harari: "O mundo após o coronavírus"

Essa tempestade vai passar. Mas as escolhas que fizemos agora podem mudar nossas vidas nos próximos anos.

Papo de Homem, 27.03.2020, *Publicado originalmente em 'Financial Times' | Tradução de César Locatelli.*
[<https://papodehomem.com.br/yuval-noah-harari-o-mundo-apos-o-coronavirus/>].

A humanidade está, neste momento, enfrentando uma crise global. **Talvez a maior crise da nossa geração.** As decisões tomadas pelas pessoas e pelos governos nas próximas semanas provavelmente moldarão o mundo nos próximos anos. Elas moldarão não apenas nossos sistemas de saúde, mas também nossa economia, política e cultura.
...

Neste momento de crise, enfrentamos duas escolhas particularmente importantes. A primeira é entre **vigilância totalitária** e **empoderamento do cidadão**. A segunda é entre **isolamento nacionalista** e **solidariedade global**.

Vigilância sob a pele

Para interromper a epidemia, populações inteiras precisam obedecer a certas diretrizes. Existem duas maneiras principais

de alcançarmos isso. Um método é o governo monitorar as pessoas e punir aquelas que violarem as regras. ...

Em sua batalha contra a epidemia de coronavírus, vários governos já implantaram as novas ferramentas de vigilância. O caso mais notável é a **China**. ...

A epidemia de coronavírus é, portanto, um grande teste de cidadania. Nos próximos dias, cada um de nós deve optar por confiar em dados científicos e especialistas em saúde em detrimento de teorias infundadas da conspiração e de políticos que só servem a si mesmos. Se não conseguirmos fazer a escolha certa, poderemos nos encontrar avalizando a retirada de nossas mais preciosas liberdades, pensando que essa é a única maneira de proteger nossa saúde.

Precisamos de um plano global

A segunda escolha importante que enfrentamos é entre isolamento nacionalista e solidariedade global. Tanto a epidemia em si quanto a crise econômica dela resultante são problemas globais. Eles só podem ser resolvidos efetivamente com cooperação global.

Pandemia: ministro denuncia "plano comunista", cita China e questiona OMS

UOL, 22.04.2020, Aatoria de Jamil Chade
[<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/22/diante-da-pandemia-chanceler-alerta-contr-plano-comunista-e-questiona-oms.htm?cmpid=copiaecola>].

O chanceler Ernesto Araújo postou em plena madrugada um texto em suas redes sociais.

...

Trata-se de algo muito mais relevante aparentemente: um alerta sobre a **necessidade de que se combata o comunismo** que, segundo ele, **vai se aproveitar do momento de crise e de apelos por solidariedade para implementar sua ideologia por meio do fortalecimento de entidades internacionais, como a OMS.** ...

"A pretexto da pandemia, o novo comunismo trata de construir um mundo sem nações, sem liberdade, sem espírito, dirigido por uma agência central de "solidariedade" encarregada de vigiar e punir. Um estado de exceção global permanente, transformando o mundo num grande campo de concentração", alertou o chefe da diplomacia nacional.

CONIB condena comentário de chanceler comparando isolamento social com campos de concentração nazistas

Conib, 29 de abril de 2020
[<https://www.conib.org.br/conib-condena-comentario-de-chanceler-comparando-isolamento-social-com-campos-de-concentracao-nazistas/>].

A Conib condena de forma veemente o comentário do chanceler brasileiro, Ernesto Araujo, comparando o isolamento social para combater a Covid-19 aos campos de concentração nazistas.

Estes excertos e pontualidades etnográficas do debate público em torno dos dilemas sociais desvelados pela pandemia da Covid-19 provoca a reflexão arendtiana (ARENDT, 1997) em torno do vácuo axiológico moderno e da necessidade de afirmação da Opinião na Política. O esfacelamento da tradição e a descontinuidade histórica entre passado e futuro, com a consequente perda da sabedoria tradicional, resultou na impossibilidade de juízos de valor e de realidade que satisfaçam um social fragmentado e cada vez mais fragmentado e desencaixado temporal e espacialmente (GIDDENS, 2002). Nessa figuração social órfã da teoria, em sentido etimológico clássico de um sistema revelado de verdades interligadas, resta ao ator e ao gente social comum a confiança desconfiada nos sistemas peritos e nas fichas simbólicas de comunicação generalizada, como o dinheiro, a notícia de jornal, o tempo de relógio, o

decreto estatal e a autoridade pública, ou, então, o deixar-se levar pelas narrativas ideológicas de restauração da ordem tardo-estamental de uma figuração anterior à modernidade reflexiva, ainda afiançada em biografias estáveis de trabalho, de política de vida e de constituição moral e emocional dos sujeitos. Tem-se por alternativa a estes cenários de apatia e de farsa conservadora, por outro lado, a afirmação pública da Política como exercício de *outrar-se*, de alargamento de mentalidades, de exercício da palavra e da ação, que fundam a liberdade pautada no pensamento plural, dissociado do conhecimento perito enquanto conjunto axiomático funcional e derivações hipotéticas demonstráveis e da ética esterilizada enquanto discursos monológicos de identidade consigo mesmo. Esta reflexão se torna deveras premente no terceiro momento do presente artigo, quando o olhar sobre o enfrentamento da Covid-19 recai diretamente no que ocorre no Brasil, sem as mediações de como os empreendedores morais brasileiros têm visto a si mesmos no olhar para o mundo.

A pandemia da Covid-19 no Brasil: um olhar perspectivado desde as redes sociais

Este terceiro e último momento do presente artigo tece uma breve reflexão sobre o lugar do humor como crítica social culturalmente sofisticada e amplamente aceita e exercitada, muito embora praticamente nula na produção de resultados políticos imediatos, no mundo da vida e no senso comum do brasileiro médio. No atual contexto de crise

humanitária generalizada, em que sentimentos de fracasso e de ressentimento indicam uma figuração social global pautada em um *mundo sem garantias*, bem como no sentido pragmático de falência civilizacional dos países centrais da civilização ocidental e de demanda teórica para a resolução dos dilemas econômico-ambientais e de políticas institucional e internacional que moldarão o século XXI, o contexto moral e emocional brasileiro desponta como ainda mais caótico do que a medida. A consolidação de discursos neofacistas, neoliberais extremados, negacionistas e obscurantistas nas arenas públicas brasileiras, da Política à Burocracia, do Mercado à Mídia, dos Partidos Políticos às Profissões, bem como o acelerado desmonte de políticas públicas em Segurança, Saúde e Educação dos últimos governos, vê-se, assim somente contrabalançado por uma estética do humor (BERGER, 2017) mobilizado por um povo sem projeto político no horizonte e sem experiência secular de condução do Estado-Nação. O humor, linguagem de ressentimento e fracasso, mas que subverte o escândalo da vergonha-desgraça (SCHEFF, 1990) de uma figuração social violenta e engolfada, desafia a realidade objetiva de opressão, de desencanto e de autoritarismos com ironia, sagacidade, sátira, diversão e comicidade, armando e consolando os espíritos para a luta e desfigurando moral e emocionalmente a inimidade do outro relacional generalizado.

Uma vez guardadas as devidas proporções, pode-se comparar estruturalmente o lugar do humor nos comportamentos públicos e nos rituais de interação (GOFFMAN, 2010 e 2012a) do cotidiano brasileiro de oposição crítica e cidadã à autoridade pública constituída

com o lugar da cultura, em sentido estrito, do *rein geistig* (puramente espiritual), que caracterizavam, segundo Elias (1993 e 2011), a intelligentsia alemã de classe média, ilustrada e perita, mas sem projeção política real em uma figuração social dominada por uma casta guerreira da nobreza detentora de terras e de cargos políticos e burocráticos. Em tal arranjo social da autoridade pública, da divisão social do trabalho e da distribuição de bens materiais e simbólicos, restava a universidade como refúgio político, econômico, artístico e espiritual da intelligentsia alemã, humilhada nas cortes de um país fraturado em pequenos e frágeis Estados Absolutistas e mal sucedida no mercado local pequeno burguês em que ressonava o impacto traumático de sucessivas décadas de guerra. Despontava, assim, a atividade exclusivamente cultural de produção de bens simbólicos (filosofia, teoria, poesia, romance, música, pintura e etc.) como ocupação elevada do espírito, em contraste com a aridez e o artificialismo das cortes alemãs que obrigavam as classes médias ao duplo servilismo de servir uma nobreza serva dos modos de ação e de realidade estrangeiros importados da corte parisiense.

A intelligentsia brasileira de classe média, por seu turno, organiza sua visão de mundo a partir dos poucos recursos que contabiliza nas universidades, nos jornais, no baixo escalão das burocracias estatais e nos minguados mercados locais, de modo que vê-se no mais das vezes politicamente impotente e carente de projetos políticos próprios, ora movendo-se a reboque dos grandes empreendedores morais nacionais, ora buscando articular alternativas de refundação do Estado e da Nação com as classes baixas, estas ainda mais impotentes politicamente

que a intelligentsia de classe média. O humor em suas múltiplas formas e funções, então, desponta como emanção de um espírito há muito familiarizado com horizontes morais e emocionais estreitos e inseguros, monitorados e vigiados pelo poder constituído, por mais tresloucado e incompetente que este seja em termos de eficiência e efetividade de políticas públicas de bem-estar social, pois que se apresenta bastante habilidoso em perpetuar-se em cadeias de mando, de amedrontamento e de envergonhamento da população nacional. As Figuras 4, 5, 6, 7 e 8, abaixo, foram selecionadas como argumento etnográfico do sentimento de fracasso e de ressentimento generalizados que acometeram a figuração social brasileira no contexto pandêmico de Covid-19 e que, por sua vez, vem sendo processados desde o exercício crítico do humor das classes médias ilustradas. Humor este culturalmente refinado e politicamente impotente, em uma mistura simbolicamente explosiva e materialmente silenciosa.

A Figura 4, nesse sentido, apresenta trechos de discursos responsáveis e responsivos icônicos atribuídos a líderes dos países centrais europeus, - empreendedores morais destacados para a autoimagem espelhada que se faz no Brasil sobre a civilização ocidental, - ao passo que, no final dessa lista, em fundo preto e em letras em caixa alta, aparece o sarcasmo tóxico do presidente brasileiro, que debocha descaradamente da situação trágica de mais de 5 mil óbitos por Covid-19 com o disparate altissonante: “E daí? Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre!”. Esse sarcasmo, em tom de desafio, chocava moral e emocionalmente a população brasileira exposta ao despautério de uma liderança política explicitamente

construída sobre o discurso religioso e que, nas circunstâncias de crise sanitária global, abdicava de sua suposta aura de *homem de bem e cristão*, sem, contudo, declinar da sua autoridade e de seu autoritarismo político.

Figura 4: Lista com trechos icônicos de discursos de líderes mundiais, principalmente dos países centrais europeus.



Fonte: Retirado de Grupo de WhatsApp.

A Figura 5, por sua vez, apresenta uma interessante análise cruzada de dados estatísticos epidemiológicos sobre o aumento e a dispersão exponencial de casos de Covid-19,

compilados do dia 08 de março de 2020 até o dia 28 de abril de 2020, - e de tiradas sarcásticas, depreciativas, negacionistas, obscurantistas de desfiguração moral por parte do presidente brasileiro, que assim se expressava, conforme se tornava publicamente impossível não reconhecer a pandemia causada pelo Coronavírus e seus efeitos sobre a população: “Não há motivo para pânico”, “Muito do que falam é uma fantasia”, “Não é tudo isto que dizem”, “Se fosse contaminado eu nada sentiria”, “Outros vírus mataram muito mais”, “Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada”, “O povo foi enganado este tempo todo pelo vírus”, “Não estou acreditando nestes números de SP”, “Cada vez mais o uso da cloroquina se coloca como algo eficaz”, “O vírus parece que está indo embora”, “Eu não sou coveiro”, “Lamento, quer que eu faça o que?” Percebe-se, ao longo da história natural da Covid-19 no Brasil aí sintetizada, o quanto o sentimento de fracasso civilizacional em relação à crise sanitária e às demais crises por ela desveladas e potencializadas resulta em um ressentimento despolitizado, que associa o contexto de crise à incompetência política e desvios pessoais de caráter dos líderes e empreendedores morais, mas não logra expressar-se em projeto de reflexão e de transformação social.

Figura 5: Imagem com cruzamento de número de óbitos por Covid-19 no Brasil, do dia 08.03.2020 ao dia 28.04.2020, e de tiradas do presidente brasileiro em relação à evolução deste quadro epidemiológico.



Fonte: Retirado de Grupo de WhatsApp.

As Figuras 6, 7 e 8 trazem conjuntos de imagens do tipo charge e capa de jornal, imagens aleatórias de situações urbanas pitorescas e *prints* de desabafos e denúncias de atores e agentes sociais comuns veiculadas amplamente em redes sociais. Estas bricolagens seguem a seguinte lógica analítica: o sentimento de *fracasso civilizacional* e de *ressentimento* generalizados expressos principalmente em cenas de sepultamento em massa de vítimas da Covid-19; o *humor* sarcástico, infantilizador e depreciativo nos apelos à racionalidade pública em termos de práticas profiláticas, por um lado, e a exasperação satírica e sagaz da figura do presidente brasileiro como personagem insano, psicótico,

sociopata, que como um cavaleiro da morte cavalga o país no lombo do Coronavírus ou como um Nero homossexualizado lança chamas sobre o país com bombas de Coronavírus; e , por fim, o humor trágico e transcendental diante da violência neofascista que persegue até os profissionais de saúde e comunica para o espaço público um país transformado em cemitério de cruzes, de covas, um imenso buraco chamado Brasil.

Figura 6: Imagens e discursos de fracasso civilizacional e ressentimento generalizados no contexto brasileiro de pandemia e de combate ao Covid-19.



Fonte: Retirado de Grupo de WhatsApp.

Figura 7: Imagens e discursos de humor sarcástico e satírico no contexto brasileiro de pandemia e de combate ao Covid-19.



Fonte: Retirado de Grupo de WhatsApp.

Figura 8: Imagens e discursos de humor trágico e transcendental no contexto brasileiro de pandemia e de combate ao Covid-19.



Fonte: Retirado de Grupo de WhatsApp.

A expressão social de fracasso e ressentimento generalizados, na Figura 6, aparece nas manchetes *Rio registra aumento de mais de 40% de sepultamentos* e *Teich: pico da pandemia é imprevisível e chance de segunda onda é real*, bem como nas imagens de valas comuns e centenas de corpos sepultados em Manaus, de um técnico em enfermagem situado na linha de frente de combate ao Covid-19 que desabafa temer contaminar a mãe e não ter como alugar um quarto para poder isolar-se, e, por fim, de uma mala de carro escancarada com produtos de primeira necessidade ofertados na rua a quem precisar. As imagens de humor, das

Figuras 7 e 8, por seu turno, demandam do leitor uma vinculação da atual crise sanitária com as demais crises políticas e sociais por que passa o Brasil, donde a proeminência de uma narrativa ideológica que praticamente associa elementos de maldade, de morte, de ruptura com a normalidade moral e emocional à figura do atual presidente, de seus seguidores fanatizados e de símbolos pátrios desfigurados como pano de fundo de cemitério e de abismo terreno.

Considerações Finais

O presente artigo buscou problematizar, desde uma profusão de dados etnográficos de redes sociais, os fenômenos do fracasso e do ressentimento como sentimentos generalizados em um contexto real e semiótico de crise sanitária pandêmica da Covid-19, por um lado; mas, também, por outro lado, de crise mais ampla e profunda da civilização ocidental, declinada em questões globais postas sobre os dilemas econômicos e ambientais, e de formatação político-institucional e internacional. Este contexto de fracasso, de falência, de frustração e de decepção como momentos centrais da cultura emotiva e moral atual, profundamente envergonhada e ressentida em relação aos seus horizontes de projetos perdidos, desponta de forma assustadora no cenário relacional e institucional brasileiro como manipulação do discurso público por parte de empreendedores morais que reiteradamente rompem com a normalidade normativa e apelam para estratégias de escândalo, de sarcasmo e de desfiguração moral do outro

(GOFFMAN, 1988 e 2012) que demanda uma condução racional, republicana e democrática da situação de crise. O olhar perspectivado das redes sociais sobre os processos de enfrentamento do Coronavírus e da crise sanitária pandêmica da Covid-19 por ele causada suscita, assim, no pesquisador a impressão de perda generalizada da dignidade da Política no espaço público brasileiro. O fenômeno da Opinião, enquanto expressão individuada de um *self* amadurecido e autoconsciente sobre sua imersão em complexas redes de interdependência e teias de significado, parece ter se esvaído dos estoques públicos de memória. Tem-se, com isso, uma cultura emotiva e moral cooptada pelos sentimentos de (des-)confiança sistêmica, de falência dos sistemas peritos, de banalização da verdade objetiva e do pensamento contrafactual como excrescências e resíduos de narrativas públicas cada vez mais pautadas em fenômenos de *fake news*, de *image making*, de trollagem e de redução do outro relacional ao marca (GOFFMAN, 1998 e 2014) do jogo social. A seriedade e a gravidade de todo este contexto de fracasso e de ressentimento na desarticulação de processos civilizadores, contudo, permanece mal administrada no exercício, ora ferino, ora consolador, do humor e da jocosidade brasileiros; estes que, por sua vez, não logram transformar em problema público e político os entraves e barreiras históricas para o seu caso particular de cultura emotiva e moral de classe média ilustrada incapaz de modernizar o cotidiano do país. Os surtos modernizantes, com efeito, acabam redundando em ciclos violentos e distópicos.

Referências

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARBOSA, Raoni Borges. *Medos Corriqueiros e Vergonha Cotidiana: Um Estudo em Antropologia das Emoções*. Cadernos do GREM N° 8. Editora Bagaço: Recife; Edições do GREM: João Pessoa, 2015.

BARBOSA, Raoni Borges. *Emoções, lugares e memórias: um estudo sobre apropriações morais da Chacina do Rangel*. Mossoró: Edições UERN, 2019.

BECK, Ulrich. *Weltrisikogesellschaft: auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2014.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. USA: Penguin Books, 1966.

BERGER, Peter. *O riso redentor. A dimensão cômica da experiência humana*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

BERGHAUS, Margot. *Luhmann leicht gemacht*. Böhlau: Köln, 2003.

CANDANCE, Clark. Emotion and micropolitics in everyday life: some patterns and paradoxes of 'Place'. In: Theodore D. Kemper (Ed.). *Research Agenda in the Sociology of Emotions*. State University of New York Press, p. 305-333, 1990.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GOFFMAN, Erving. Footing. In: Branca Telles Ribeiro e Pedro M. Garcez (orgs.). *Sociolinguística interacional*:

Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso. Porto Alegre: AGE Editora, p. 11-15, 1998.

GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: Notas sobre a organização social dos ajuntamentos.* Petrópolis: Vozes, 2010.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise.* Petrópolis: Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face.* Petrópolis: Vozes, 2012a.

GOFFMAN, Erving. Sobre o resfriamento do *marca*: alguns aspectos da adaptação ao fracasso. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 39, p. 266- 283, 2014.

GUSFIELD, Joseph R. *Symbolic crusade: Status Politics and the American Temperance Movement.* Chicago: University of Illinois Press, 1986.

HUGHES, Everett C. As boas pessoas em trabalho sujo. In: Maria Claudia Coelho (Org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 91-108, 2013.

JASPERS, Karl. *Die Schuldfrage: Von der politischen Haftung Deutschlands.* München: Pieper, 1974.

KATZ, Jack. Massacre justo. In: Maria Claudia Coelho (Org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 211-284, 2013.

KONSTAN, David. Ressentimento: História de uma emoção. In: Stella Bresciani; Márica Naxara (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUNICAMP, p. 59-80, 2009.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. *A Vergonha no Self e na Sociedade: A Sociologia e Antropologia das Emoções de Thomas Scheff*. Série Cadernos do GREM, N° 10. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2016.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro e BARBOSA, Raoni Borges; Erving Goffman: Reflexões etnográficas desde a Antropologia das Emoções. Coleção Cadernos do GREM, n 14. Recife / João Pessoa: Editora Bagaço / Edições do GREM, 2019.

MEAD, George H. *Espíritu, persona y sociedad: Desde el punto de vista del conductivismo social*. Buenos Aires: Paidós, 1973.

SCHEFF, Thomas J. *Microsociology: discourse, emotion, and social structure*. Chicago: University Of Chicago Press, 1990.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Material retirado da Internet:

https://apublica.org/2020/04/coronavirus-de-um-lado-invasores-de-outro-como-esta-a-situacao-dos-indigenas-no-brasil/?fbclid=IwAR0MmUCZoKYiQjHxuGysE_ejtVjeDXiN

ZPhbzHQemjGkupLMMqnK7zwCDZQ#.XpZf3n3B9bk.fac
ebook

http://otim.fct.unesp.br/pages/view/50?fbclid=IwAR3_jzXC
Zkjq7q8t4vJwYe0Sq6StYUMoeh9-
tgMAQ8vWMjOnW2Y9ljd0wcs

https://blogbvps.wordpress.com/2020/04/13/nisun-a-
vinganca-do-povo-morcego-e-o-que-ele-pode-nos-ensinar-
sobre-o-novo-corona-virus-por-els-lagrou/

https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-
neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/

https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-
neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/

A COVID-19 e o “Novo Normal”: o risco de falácias explicativas

Covid-19 and the “New Normal:” the risk of explanatory falacies

Jean Henrique Costa

Raoni Borges Barbosa

Introdução

“Se eu quisesse ser antropomórfico e metafórico sobre isso, concluiria que a COVID-19 é a vingança da natureza por mais de quarenta anos de maus-tratos grosseiros e abusivos da natureza sob a tutela de um extrativismo neoliberal violento e desregulado”. **David Harvey** (2020, p. 18).

Trazemos algumas ligeiras reflexões antropológicas e sociológicas sobre este momento de gradual reabertura econômica e de retomada de atividades sociais interrompidas como medida de combate à Pandemia do Novo Coronavírus no Brasil. Antes de tudo, frisamos o cenário epidemiológico brasileiro atual, no dia 07 de outubro de 2020, de 4.978.531 casos confirmados de Covid-19 e de

147.759 óbitos (Covidvisualizer.com). Colocamos, então, as questões centrais do nosso argumento: Como compreender esse Novo Normal desde a perspectiva das novas demandas morais, emocionais, cognitivas e comportamentais postas ao ator e agente social comum, ao brasileiro médio das grandes e pequenas cidades? E como esquivar a crítica acrítica, a torrente de desinformação e de jogos de fachadas que invadiram o espaço público e midiático, desorganizando a deliberação política responsiva e impondo o fracasso do discurso comunicativo sério e racional sobre a crise social generalizada, de falência e pânico moral, - e de preocupante intensificação do empobrecimento e da miserabilidade da classe trabalhadora, - da qual a crise pandêmica do Novo Coronavírus (Covid-19) é um recorte expressivo? Estas questões ocupam o espaço de reflexão deste breve ensaio sobre um 'Novo Normal' em contexto pós-Covid19. Contexto esse perpassado pela destrutividade cotidiana de práticas metabólicas antissociais de um capitalismo ainda mais predatório, cujos controles sociais falham em regular o extrativismo neoliberal violento em regime de acumulação e, com isso, perpetuam o genocídio industrial, a banalização da vida e a naturalização da morte.

O novo normal: considerações socioantropológicas

A pandemia do novo Coronavírus trouxe, em poucos meses, mudanças severas nas estruturas econômicas e em nossas relações cotidianas. Como destaca David Harvey:

[...] as companhias aéreas estão perto da falência, os hotéis estão vazios e o desemprego em massa no setor hoteleiro é iminente. Comer fora não é uma boa ideia e os restaurantes e bares fecharam em muitos lugares. Até mesmo entregas a domicílio parece arriscado. O vasto exército de trabalhadores uberizados ou em outras formas de trabalho precário está sendo dispensado sem nenhum meio visível de apoio. Eventos como festivais culturais, torneios de futebol e basquete, concertos, convenções empresariais e profissionais, e até reuniões políticas em torno de eleições foram cancelados. Estas formas de “consumismo experiencial baseado em eventos” foram extintas. A renda dos governos locais foi devastada. Universidades e escolas estão fechando. Grande parte do modelo de vanguarda do consumismo capitalista contemporâneo é inoperante nas condições atuais (HARVEY, 2020, p. 20).

Não obstante, após esses primeiros meses de isolamento e distanciamento social, e cedendo à pressão estrutural dos mercados e da política genocida, estamos voltando ao que se denominou “novo normal”. A normalidade é aqui entendida como média estatística de comportamentos públicos tacitamente aceitos, em sentido

durkheimiano⁹ (DURKHEIM, 1995 e 1996) e como expectativas de expectativas sobre os meios e fins legítimos da ação social, no entender, por exemplo, de Robert Merton (1936). Discutir a normalidade de uma cultura emotiva (BARBOSA, 2019) em situação de remontagem moral implica também, com efeito, em buscar perceber os campos de possibilidades que se abrem para a organização de projetos individuais e coletivos (VELHO, 1987). Nesse sentido, a definição da situação (THOMAS, 1923 e 1928) como Novo Normal remete primeiramente àquilo outrora habitual, mas que foi perdido e àquilo que se cristalizou durante o surto pandêmico.

Em relação àquilo que parece ter sido perdido, podemos enfatizar:

- A perda parcial da confiança nas instituições públicas e nos sistemas peritos e de pensamento contrafactual

⁹ O conceito de normalidade, em Durkheim, expressa a objetividade e exterioridade do fato social e não comporta uma dimensão moral e afetiva sobre o real social, de modo que, por implicação, não diz a respeito da aceitação individual e da legitimidade pública dessa normalidade. O conceito de normal posto em oposição ao conceito de patológico, por sua vez, traz à discussão questões como a aceitação subjetiva e a legitimidade coletiva de costumes novos, isto é, de um Novo Normal. Na presente discussão, com efeito, tratamos de enfatizar como esse Novo Normal abarca muito do já velho e problemático das sociabilidades ajustadas ao contexto pandêmico do Novo Coronavírus, de maneira que a noção de normalidade, mais do que indicar reinvenção cultural, significa a verificação pública do fato social, empírica e estatisticamente aferido, enquanto prática e representação coletiva estabilizada.

próprios da modernidade reflexiva (GIDDENS, 2002 e 2013), - como o Estado de Direito, o Mercado, a Mídia, e, principalmente, a Educação e a Ciência, - severamente agredidos por discursos e narrativas desencontradas e autoexcludentes. Mais do que indicações sérias sobre como ajustar individualmente a navegação social e cultural dos atores e agentes sociais individuais, das famílias e das empresas enquadradas e constrangidas pela pandemia, essas instituições se arredaram em evasivas e em ocupações consigo mesmas ou passaram a atacar a racionalidade sistêmica que lhes parecia adversa, tal como a exemplar investida de desfiguração moral, por parte da Política e do Mercado, aos imperativos de cientificidade da Ciência e de juridicidade do Direito na apreciação do contexto generalizado de crise social;

- A perda parcial da sacralidade do lar, do espaço privado, do Mundo da Vida (*Lebenswelt*) com sua lógica de ação comunicativa, afetiva e de reconhecimento entre iguais também pode ser verificada. A Casa passa cada vez mais a ser invadida pela lógica do trabalho info-precarizado do Setor de Serviços, do *Home-Office*, do Escritório de Negócios, da Sala de Aula improvisada da Escola e da Faculdade, de modo que passa a ressoar as hierarquias, os deveres, as obrigações e os prazos dos Sistemas Sociais Funcionais, gerando estresse, cansaço e frustração para os membros familiares¹⁰.

¹⁰ Como indicado em atenta leitura realizada pelo Prof. Dr. Siqueira: “Ou seja, perdemos as fronteiras que demarcavam os espaços da casa e do trabalho. O trabalho agora é em casa e a casa não é mais, exclusivamente, o lugar do lazer, do descanso, da família e do conforto emocional”.

Em relação àquilo que parece ter se cristalizado durante esse momento de quarentena, isolamento social, *lockdown* e etc., podemos enfatizar:

- A banalização da vida, expressa no pseudo-dilema entre Economia e Saúde, diariamente vocalizado pelo Mercado e pela Mídia e que impede, por exemplo, a vivência coletiva do luto, ao passo que enfatiza o valor econômico das vidas perdidas, das vidas em convalescença e das vidas em inatividade. Esta banalização da vida é declinada também nas estratégias políticas de segmentação da população em parcelas economicamente interessantes e em parcelas economicamente descartáveis;
- A banalização da morte e do sofrimento social das vítimas da Covid-19, expressa na ironia e no sarcasmo amplamente disseminados em relação à seriedade e à gravidade de um contexto de crise sanitária; na impossibilidade do luto pelos familiares mortos, muitas vezes simplesmente descartados como resíduo poluente; e nas incertezas sobre as formas de profilaxia e de cuidado em caso de adoecimento, acarretando isto em uma definição da situação que deprecia e banaliza a morte, não mais como ponto de culminância de uma trajetória individual, mas como de mera extinção niilista de uma biografia reduzida estatisticamente a mais um dos milhares de óbitos por Covid-19;
- A postura moral e emocional generalizada de fracasso civilizacional, expressa na incapacidade política e econômica de gestão da crise sanitária, tal como atestam os milhões de infectados e os milhares de óbitos; na incapacidade midiática de gestão da comunicação em situações limite, percebida no ruído entre Mídia, Saúde,

Ciência, Política e Mercado; e nos dilemas ou pseudo-dilemas que se instauraram no vácuo destes ruídos e assimetrias comunicacionais, como, por exemplo, o choque entre racionalidades ECONômicas e ECOlógicas, entre os usos e abusos da excepcionalidade política para a prática de Exceção na Política (gestão autoritária e oportunista), e a construção de narrativas conspiratórias e de acusação (o vírus chinês, a nova Guerra Fria, guerra biológica);

- A postura cognitiva e comportamental de cansaço diante das demandas improvisadas, burocratizadas e mesmo perversas de mera performance produtiva, como observado no cotidiano de milhões de estudantes, professores e outros profissionais enclausurados em seus *Home Offices*;
- E, por fim, caberia enfatizar a cristalização de um quadro econômico de maior desigualdade de renda em razão dos efeitos de terra arrasada da pandemia do Novo Coronavírus, o que potencializou processos já em andamento de precarização e de info-proletarização do trabalho.

Feitas essas ligeiras considerações sobre o que se perdeu e o que se consolidou, ainda que circunstancialmente, no contexto pandêmico, podemos compreender o Novo Normal como uma configuração sociocultural fortemente pautada em posturas morais e emocionais de desconfiança em relação aos sistemas sociais peritos e de pensamento contrafactual; de sentimento generalizado de fracasso civilizacional e de cansaço e falência moral diante das enormes incertezas, voluntarismos

e improvisos no lidar cotidiano com a normalidade e banalização da pandemia.

O lugar simbólico e imaginário do Brasil no cenário internacional das nações civilizadas sofreu enormes deslocamentos na percepção coletiva de normalidade normativa e de orgulho e de vergonha em relação aos ganhos e conquistas nacionais em quesitos como saúde, segurança, democracia, governabilidade, qualidade das lideranças políticas e outros bens públicos. Importante veio a ser a generalização deste cenário de crise civilizacional, bem como os usos e abusos deste cenário de crise da civilização ocidental para o exercício corriqueiro da *jocosidade*, da elaboração de *fake news*¹¹ e de *image making* (ARENDT, 2016)¹² e da desfiguração moral que rompe com as posturas próprias

¹¹ “A atual propagação da epidemia do coronavírus, desencadeou, por sua vez, vastas epidemias de vírus ideológicos que ficaram adormecidos em nossas sociedades: falsas notícias, teorias de conspiração paranoicas, explosões de racismo etc.” (ŽIŽEK, 2020, p. 43).

¹² Arendt discute a noção de *image making* desde a percepção de que a Modernidade se organiza como colonização incessante do futuro (como construção de um tempo linear, teleológico, apocalíptico, progressivo) em decorrência da quebra dramática das autoridades tradicionais, não importa se em regime tirânico (um sobre todos), autoritário (uma deia piramidal de mando-obediência) ou totalitário (em teias e invólucros de captura absoluta do indivíduo no grupo). A prática moderna de *image making*, portanto, articula o cotidiano de formas sociais violentas, hierarquizadas, de gerir o social ontologicamente vazio de autoridade, de tradição, de religião e de autoria.

da ação comunicativa e semeia as noções corrosivas de fracasso e de ridículo.

Noções estas que, no espaço público, - ante uma ameaça enigmática onipresente de impureza, poluição e contágio somente atestada por linguagem específica de peritagem e de expertise, - obliteram os sentidos da Política e irritam profundamente mesmo o mais embotado pensamento contrafactual inerente a uma sociedade de riscos em formato de modernidade reflexiva. A experiência político-institucional brasileira, - tônica desse Novo Normal, - por mais que se construa em paralelo com avanços autoritários em países vizinhos, acabou por assumir o colorido pitoresco de uma figuração social engendrada, de um lado, por um Estado burocrático autoritário, policialesco e pessoalizado, que vocaliza uma lógica elitista de regulação das massas; e, do outro lado, por uma população politicamente inexperiente nos usos da Burocracia, do Estado e da violência contestatória.

Esta população se tornou, com efeito, mestra em declinar suas aspirações políticas em termos de crítica irreverente, irônica, debochada, escrachada, carnavalizada; e, para seu próprio sentimento auto-espelhado de fracasso e de ridículo, crítica politicamente impotente; muito embora seja uma forma de humor culturalmente espetacular. O Novo Normal, com efeito, é *levar no jeitinho* (DaMATTA, 1986 e 1997) os riscos, perigos e perdas causados pela pandemia do Novo Coronavírus, naturalizando e, com isso, perpetrando um certo exercício cotidiano de banalização da morte.

A Covid-19 como *banalização da morte*

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2015) nos traz, a partir de sua noção de *hipertrofia do direito*, uma valiosa reflexão para se pensar a pandemia da COVID-19 e a recursiva barbárie política contemporânea. Juntamente com Agamben, concordamos que há, sobretudo hoje nas sociedades complexas contemporâneas, um descompasso entre legalidade e legitimidade que precisa ser equacionado, tanto do ponto de vista teórico, quanto da perspectiva da ação. Deste modo, para o autor, não se pode acreditar que podemos enfrentar a crise das sociedades por meio da ação (embora necessária) do poder judiciário, já que uma crise de legitimidade não poderia ser resolvida somente no plano do direito, da mesma forma que uma crise de legalidade não se resolveria somente pela via da legitimidade.

A *hipertrofia do direito*, entendida por Agamben como a “pretensão de legiferar sobre tudo”, revela-se através de um excesso de legalidade formal e, com ela, emerge a perda de toda legitimidade substancial. Logo, a tentativa moderna de fazer coincidir legalidade e legitimidade, procurando assegurar a legitimidade de um poder através do direito, torna-se totalmente insuficiente. É necessário, portanto, que legitimidade e legalidade estejam agindo nas instituições, mas sem nunca pretender que coincidam.

Todas as vezes que se evoca a distinção entre legitimidade e legalidade, é necessário precisar que não se entende, com isso,

segundo uma tradição que define o pensamento dito reacionário, a legitimidade como princípio substancial hierarquicamente superior, do qual a legalidade jurídico-político não seria mais que um epifenômeno ou efeito. Ao contrário, entendemos que legitimidade e legalidade são duas partes de uma única máquina política que não só nunca devem ser reduzidas uma a outra, mas devem permanecer sempre, de alguma forma, operantes para que a máquina funcione. Se a Igreja reivindica um poder espiritual ao qual o poder temporal do Império ou dos Estados deveria ficar subordinado, como aconteceu na Europa medieval, ou se, como se deu nos Estados totalitários do século XX, a legitimidade pretende prescindir da legalidade, então a máquina política gira no vazio, com êxitos frequentemente legais; se, por outro lado, como aconteceu nas democracias modernas, o princípio legitimador da soberania popular se reduz ao momento eleitoral e se restringe a regras procedimentais pré-fixadas juridicamente, a legitimidade corre o risco de desaparecer na legalidade e a máquina política fica igualmente paralisada (AGAMBEN, 2015, p. 11-12).

O que Agamben nos traz é que legalidade e legitimidade precisam atuar sem o risco de sobreposição de uma a outra. O excesso de legitimidade traria consigo a iminente possibilidade de emergência do totalitarismo – já que o terror seria legítimo sob o desígnio da vontade personalista –, enquanto o excesso de legalidade traria consigo o vazio procedimental e burocrático das modernas democracias. Em ambos os casos, abre-se espaço para abusos de poder e manutenção de grupos no poder político. Acerca desse vazio possibilitado pelo legalismo obtido via excesso de legalidade, a hipertrofia do direito termina abrindo espaço para o uso meramente burocrático da lei, implicando que demandas legítimas das sociedades são minimizadas perante a frieza e a impessoalidade de normas estranhas aos fins sociais. Portanto, perante esse descompasso entre legalidade e legitimidade, amplia-se a condição de consciência reificada sobre os indivíduos que, já imersos em contextos de autoritarismo e esvaziamento da dimensão coletiva do espaço público, terminam naturalizando a desigualdade e a indiferença entre os homens.

Pensando na pandemia da COVID-19, o descompasso abissal entre legalidade e legitimidade terminou por legitimar os interesses de um supremo Deus mercado, em detrimento da vida, e legislar não em prol da vida, mas para interesses pró capital. A legitimidade da vida humana foi sufocada perante a racionalidade burocrática e o legalismo genocida da política neoliberal.

Apesar da distância teórica entre os autores, o alemão Axel Honneth (2018) tem entendimento – até certo ponto – concordante. Para ele, a *reificação* alude “antes que não percebemos mais nas outras pessoas as propriedades que de

fato as tornam exemplares da espécie humana [...] tratar alguém como “coisa” significa tomá-la como “algo”, destituindo-a de todas as propriedades e capacidades humanas” (HONNETH, 2018, p. 197). Entendemos, daí, que o processo de crise da legitimidade apontado por Agamben, pelas mãos da *hipertrofia do direito*, que busca “legalizar” tudo, termina reduzindo a vida a uma dimensão meramente legal, normativa, quantificável, etc. Se o indivíduo não reconhece mais humanidade no outro, é um passo profundo para que se estabeleça um fosso maior ainda entre legalidade e legitimidade. Honneth (2018) dirá que “a reificação denota antes um caso social acima de tudo improvável em que um sujeito não apenas viola as normas existentes de reconhecimento, mas percebe e trata o outro não mais como um próximo” (HONNETH, 2018). Na reificação, é anulado aquele reconhecimento elementar, o qual em geral assegura que experimentemos existencialmente cada ser humano como o outro de nós mesmos. “Na ausência desse reconhecimento prévio, se não mais nos envolvemos existencialmente com o outro, então o tratamos de repente apenas como um objeto inanimado, uma mera coisa” (HONNETH, 2018, p. 205-206).

Mas se me pergunto qual era o fenômeno que originalmente despertou meu interesse no tema da reificação, então tenho de responder que foi a dificuldade de interpretar o genocídio “industrial”. Até hoje é difícil compreender como homens jovens puderam, aparentemente sem sentimento algum, matar centenas de

crianças e mulheres judias com um tiro na nuca; e elementos dessa prática horripilante são reencontrados em todos os genocídios que marcaram o final do século XX (HONNETH, 2018, p. 211-212).

Honneth, a partir do conceito de reificação, revela-nos elementos teóricos de como foi possível – e de como é ainda hoje¹³ – a produção do que chamou de *genocídio industrial*, dentre eles, o nazismo. É, portanto, sobretudo através da produção de indivíduos capazes de não reconhecer nenhuma humanidade no próximo que se cria a política do extermínio – seja o genocídio industrial nazista ou o delírio psicótico stalinista, seja a aceitação naturalizada das milhares de mortes anuais por fome, delinquência, catástrofes, terrorismo ou epidemias (a COVID-19 tem sido um forte exemplo). A partir de Agamben e Honneth inferimos que as mortes ocorridas e ainda vindouras nesta pandemia ilustram como a consciência reificada naturaliza a morte e banaliza a vida, traduzidas por números frios lançados em um sistema produtor de valor de troca e em uma política genocida reprodutora dos interesses do capital.

¹³Para Adorno (2003), sem uma educação emancipadora, há sempre a possibilidade do retorno de Auschwitz.

Considerações finais... A COVID-19 e o risco de falácias explicativas

A emergência de uma problemática social no contexto da agenda hegemônica das ciências sociais depende, diretamente, da faculdade que essa tem de comprometer a manutenção normal do tecido social, tornando-se, portanto, aquilo que Robert Castel chamou de uma efetiva questão social (CASTEL, 1998). Se assim não fosse, qualquer recente problema social ganharia destaque e significação global.

Para Castel (1998), uma questão social se caracteriza por uma inquietação estrutural quanto à capacidade de manutenção da coesão de uma sociedade. O autor está pensando nos grupos supranumerários, inempregáveis, desfiliaados, desvalidados, desqualificados, supérfluos, desterritorializados ou, convidando Guy Standing (2014), os inúmeros precariados que se expandem cotidianamente pelo capitalismo global. Com nossa atual pandemia de COVID-19, esses grupos tendem a se tornar ainda mais invisíveis e descartáveis e, ainda por cima, serão uma ameaça muito maior para a ruptura desta suposta existência coesa (que, literalmente, só é coesa para os mais ricos). Como destaca Antunes (2020), a COVID-19 somente em sua aparência é policlassista¹⁴. O *capital pandêmico*, em sua estrutura, no

¹⁴“Há um mito conveniente de que as doenças infecciosas não reconhecem classe ou outras barreiras e limites sociais” (HARVEY, 2020, p. 21).

fundo atinge de forma mais funesta a classe trabalhadora e as parcelas mais pobres e desassistidas.

Mike Davis tem o mesmo entendimento:

O surto expôs instantaneamente a divisão de classes na saúde americana. Aqueles com bons planos de saúde que também podem trabalhar ou ensinar de casa estão confortavelmente isolados, desde que sigam salvaguardas prudentes. Os funcionários públicos e outros grupos de trabalhadores sindicalizados com cobertura decente terão de fazer escolhas difíceis entre renda e proteção. Enquanto isso, milhões de trabalhadores com baixos salários, trabalhadores rurais, desempregados e sem teto estão sendo jogados aos lobos (DAVIS, 2020, p. 09).

Assim, para Antunes (2020), estamos assistindo nesta pandemia ao crescimento do empobrecimento e da miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora.

A produção social, que deveria atender às necessidades humano-sociais, subordinou-se integralmente aos imperativos da autorreprodução do capital. Entre outras consequências devastadoras para a humanidade, podemos citar o desemprego

monumental, a destruição ambiental, a ‘mercadorização da vida e o incentivo diário e novas guerras e conflitos armados. Isso tudo nos trouxe a um quadro pandêmico que amplifica ainda mais o sentido letal do sistema de capital (ANTUNES, 2020, p. 16).

Logo, o metabolismo antissocial do capital tem como marca a normalidade como destrutividade (ANTUNES, 2020). A destrutividade enquanto banalização da vida e de naturalização da morte, seja em forma de genocídio industrial como modo de relação com a Natureza ou mesmo em forma de trabalho precarizado em regime de sequestro da subjetividade como modo de interação humana, implica em horizontes morais de negação da solidariedade e da pertença, bem como de configurações emocionais pautadas em sentimentos generalizados de sofrimento social, como o fracasso, o ressentimento e a melancolia.

Assim, adentrando na crítica de um certo pensamento ligeiro que oscila entre a vaga especulação e a ingenuidade, a pandemia da COVID-19 tem criado, sustentado e reproduzido a necessidade acadêmica, no âmbito do pensamento social, de se tecer muitos diagnósticos e prognósticos acerca do Coronavírus, quiçá, buscando dar legitimidade e visibilidade às ciências sociais num contexto de expansão de fascismos – obscurantistas e autoritários – que visam minimizar e fragilizar a relevância do pensamento crítico (louvável que o pensamento social não se cale perante prenúncios mais graves!). Não obstante, certamente pelo caráter recente do vírus e pela ausência de estudos densos mais conclusivos – sobretudo das ciências biomédicas –,

muitas dessas análises “protossociológicas” se apresentam sumamente apressadas e especulativas, reféns ora de um otimismo afirmativo de um porvir novo mundo pós COVID (solidário, mais responsável ambientalmente e preocupado com os mais pobres), ora de um pessimismo valorativo quase que apocalíptico. A “imaginação sociológica”, como pensou Wright Mills (1965), não pode ser jamais tolhida, mas não vamos, nem por isso, cair no exagero do tudo ou nada.

Intencional ou não, mesmo autores da envergadura de Slavoj Žižek terminam reproduzindo a ideia da possibilidade (remota ou não!) de uma maior solidariedade global.

Tais ameaças globais, por sua vez, levam à solidariedade global, pois nossas pequenas diferenças tornam-se insignificantes e todos nós trabalhamos juntos para encontrar uma solução. E aqui estamos nós, na vida real [...] Contra tais esperanças de uma solução fácil, a primeira coisa que devemos aceitar é que a ameaça está aqui para ficar. Mesmo que esta onda recue, ela reaparecerá em formas novas, talvez até mais perigosas. Por esta razão, podemos esperar que as epidemias virais afetem as nossas interações mais básicas com pessoas e objetos ao nosso redor, incluindo o nosso próprio corpo: evitar tocar em coisas que possam estar (invisivelmente) contaminadas, não nos apoiarmos em corrimões, não nos sentarmos em banheiros ou bancadas públicas, evitar

abraçar ou apertar a mão das pessoas. Talvez até nos tornemos mais cuidadosos com nossos gestos espontâneos: não tocar nosso nariz ou esfregar os olhos (ŽIŽEK, 2020, p. 44-46).

O mesmo acontece, por exemplo, com o português Boaventura de Sousa Santos, quando afirma: “Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática” (SANTOS, 2020, p. 07). Em que medida as noções de *consciência de comunhão planetária* ou mesmo *solidariedade global* podem se desdobrar em elementos concretos de construção democrática e solidária do público e de demandas públicas, permanece vago.

Afirmamos aqui que, apesar do imperativo situacional do pensamento social em ter que pensar a pandemia, o caminho mais estratégico não é desmoronar no vazio emotivo de prognósticos sem sustentação empírica. O papel do intelectual, neste momento de tamanha incerteza perante as consequências da pandemia, não reside em messianismo, mas na sua capacidade de maturação para com o conhecimento. Quem tem pressa vai comer cru, na temperatura inadequada e com péssimo sabor. Sejam mais cautelosos em nossas análises.

Nesse sentido, certamente um dos maiores engodos presentes em algumas análises do fenômeno pandêmico reside em projetar no futuro nossas esperanças latentes. Otimismos acríticos acerca de um vindouro mundo mais

solidário pós-COVID vêm se vendendo como água num deserto escaldante. A pandemia desestruturou economias, puniu sobretudo os mais pobres e desassistidos e desestabilizou governos de diversas matizes ideológicas. Logo, nada sairá barato após o término – que nem sabemos como e quando será – disso tudo. Alguém vai arcar com as consequências mais brutais e imediatas de todas as perdas. Entrementes, não precisa ser muito inteligente para conjecturar quem pagará a conta: os trabalhadores! Justamente aqueles mais descartáveis que iniciamos falando ao citar Robert Castel. Aí reside a lógica perversa do capital e se revela uma de suas principais contradições. Não sejamos otimistas! Após o COVID, o mundo será capitalista tal qual tem sido desde seu surgimento pós-feudal. O que vai mudar é sua forma de se reestruturar. Muito mais refinada e pronta para triturar, mastigar e aniquilar todo sangue do trabalhador para repor toda e qualquer perda experimentada neste triste início de século XXI.

No mais, trazemos dois conselhos básicos para a vida acadêmica que, talvez, até reproduzam em parte aquilo que combatemos, mas que precisamos dizer:

- 1) Projeções nas ciências sociais são sempre dependentes da posse segura de uma série de condições objetivas. Sem elas, é sempre um risco se aventurar nos rumos de um devir ainda muito incerto;
- 2) Não acreditemos em otimismo de um novo mundo. O capitalismo se encarregará muito em breve de mostrar suas contradições estruturais mais latentes. O vírus não será seu opositor, mas seu aliado neste processo de expansão da barbárie social.

Referências

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: Theodor Adorno, *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. *O mistério do mal: Bento XVI e o fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo; Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BARBOSA, Raoni Borges. *Emoções, Lugares e Memórias: um estudo sobre as apropriações morais da Chacina do Rangel*. Mossoró: Edições UERN, 2019.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DaMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GIDDENS, Anthony. Goffman: um teórico social sistemático. In: Maria Claudio Coelho (Org. e tradução). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 285-327, 2013.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MERTON, Robert K. The unanticipated consequences of purposive social action. *American Sociological Review*, v. 1, n. 3, p. 894-904, 1936.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

THOMAS, William Isaac. *The unadjusted girl: with cases and standpoint for behavior analyses*. Boston: Little, Brown and Company, 1923.

THOMAS, William Isaac; THOMAS, D. S. *The child in America: Behavior, problems and programs*. New York: Knopf, 1928.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: Gilberto Velho. *Individualismo e Cultura*, 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13-37, 1987.

ŽIŽEK, Slavoj. Um golpe como o de “Kill Bill” no capitalismo. In: DAVIS, Mike. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

Remédios da terra, reinvenção da fitoterapia e *fake news*: agentes de cura e internet no contexto da pandemia

Earth remedies, reinvention of herbal medicine and fake news: healers and the internet in the context of the pandemic

Alexandro de Paula Silva

Ana Maria Morais Costa

Lidiane Alves da Cunha

O fazer etnográfico é por si um desafio tanto metodológico quanto no que diz respeito aos obstáculos e adversidades que encontramos no caminho. Sobretudo quando o campo encontra-se distante geograficamente, afastado dos grandes centros e em áreas de difícil acesso. Além de todos esses desafios, quem fez pesquisa durante o ano de 2020 pôde ainda experimentar as adversidades trazidas pela pandemia da Covid-19 que afetou em maior ou menor escala todos os pesquisadores que estavam em campo, seja pelas limitações diante do isolamento social ou por mudanças diversas nas rotinas das pessoas e o próprio isolamento social em si.

Especificamente no âmbito deste estudo com os raizeiros da região de Imperatriz, sul do Maranhão e fronteira com os Estados do Pará e Tocantins, o impacto da

pandemia deu-se também por uma impressionante mudança no campo, em que de remédios antes tidos como da vovó passaram a figurar, para bem ou para mau, como a melhor aposta que as pessoas possuíam para combater o novo coronavírus diante da escassez de alternativas, desconhecimento e falta de ação dos agentes de saúde pública no Brasil, quer sejam nos grupos de whatsapp, em vídeos nas redes sociais, matérias de jornais ou mesmo no crescimento da procura por determinados remédios nas feiras livres do Brasil. Portanto, o objetivo deste artigo é compreender como os remédios naturais da medicina popular praticada pelos raizeiros passou a ser uma aposta diante das incertezas da modernidade tardia e da sociedade do risco iminente trazido pela Covid-19 e como a busca por esses remédios se deu permeada por *fake news* presentes em tantos aspectos do momento atual do cotidiano brasileiro.

Durante a última visita ao campo, entre os meses de Dezembro a Fevereiro de 2020, um novo cenário começava a se apresentar para o mundo. Lembramos nitidamente de ter visto pela TV no Assentamento Reis, quando o telejornal informou que um novo vírus respiratório, com sintomas semelhantes a gripe, havia sido descoberto na China na província de Wuhan¹⁵. Na verdade, precisamos pedir para que voltassem para o telejornal porque as pessoas não tinham dado atenção devida a notícia e alguém até pegou o controle para mudar de canal. Nem podíamos imaginar o

¹⁵ Disponível em: http://tiempodecrisis.org/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf?fbclid=IwAR386959-_q7FG9ZCeGsEFSxGBOerZNNMf3s1hmLn8nYjcieT4QA-yyx6zE.

quanto ainda ouviríamos falar dessa doença e como ela ia mudar nossas vidas e determinar os rumos do mundo em 2020. Nela, apontava-se o alto potencial de contágio assim como a consequente mortalidade por problemas respiratórios consequente da infecção por coronavírus.

Ainda haviam poucas informações na época e a hipótese mais provável era de que esse vírus, havia saltado dos Morcegos para os humanos, provavelmente através da carne dessa espécie preparada como iguaria nos mercados de Wuhan, província Chinesa. Isso imediatamente criou um grande preconceito com os hábitos culturais e alimentares dos chineses, sendo os mesmos hostilizados em diversas partes do mundo, como se em nossa própria cultura não fosse comum o hábito de consumir animais silvestres em condições diversas, como remédio ou iguaria. Quantas vezes durante o campo nos deparamos com cobras, tatus dentre outros animais usados como remédio que ficavam expostos em condições críticas mas sempre disponíveis para o consumo humano como remédio, iguaria ou alimento.

Não queremos entrar aqui no mérito das discussões acerca dos hábitos alimentares que estão intrinsecamente ligados à cultura e História de vida do lugar. Para essas populações, alimentar-se de animais silvestres diz muito sobre os ciclos de fome do local e a ideia comum de que para qualquer mal de saúde local, existe naquela localidade alguma planta que possa curar, pois a natureza cura tudo ao seu redor. Assim, a mesma cobra venenosa que pode matar pode também servir de remédio para diversos males e nisso não nos diferenciamos tanto dos chineses.

Figura 1: Cobra Cascavel usada para consumo



Fonte: Acervo da pesquisa.

Naquele momento, pensou-se que assim como a gripe aviária, o vírus seria contido ainda no oriente e que não havia com que nos preocuparmos. No entanto, uma coisa chamou nossa atenção: o fato da China construir¹⁶ em seis dias um hospital com capacidade para mil leitos. Para além dos esforços da imprensa mundial e da desinformação daqueles momentos iniciais, era o fato óbvio que não se constrói um hospital de mil leitos para uma simples gripe.

Nos dias seguintes, as notícias foram entrando em um ritmo tão frenético quanto a escalada do vírus pelos países, sendo o primeiro caso no Brasil confirmado e anunciado pelo governo na quarta feira de cinzas, após a folia carnavalesca. Atualmente, sabe-se que o vírus já circula muito antes dessa data, com casos que remetem à Janeiro e até mesmo à Dezembro de 2019, período em que muitas pessoas viajam nos festejos de fim de ano. Portanto, a contaminação comunitária já estava acontecendo enquanto as pessoas continuavam achando que era uma doença que só atingia

¹⁶ Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/sopa-de-morcego-pode-ter-relacao-com-surto-de-coronavirus-na-china-23012020>.

quem havia viajado para o exterior. Simultaneamente, explodem os números de casos e óbitos na Itália, Espanha e França, até que no dia 11 de Março, a OMS declarou a Covid-19 uma pandemia, com todas as suas implicações para governos, sistemas de saúde e populações.

Muito poderia ser dito sobre a doença, porque enfim, esse é o grande tema que está regendo todo o ano de 2020. No entanto, para fins desta pesquisa, vamos nos concentrar aqui no fato do novo coronavírus ter despertado o universo das incertezas quanto a vida e ao futuro.

Consideramos que em pandemias as populações pobres são muito mais atingidas pelas incertezas, bem como pelas próprias dificuldades inerentes a vida dessas comunidades. Além disso, a Covid-19 tem a peculiaridade de ser estatisticamente mais grave em idosos e pessoas com comorbidades várias. Todos os nossos informantes se enquadram dentro dessas características.

Chama a atenção também a dificuldade que o negacionismo vigente trouxe para essas populações para acreditarem na alta mortalidade do vírus, somada a incapacidade estrutural desses grupos fazerem isolamento e manterem uma rotina de higienização com álcool e uso de máscaras.

O estado do Maranhão, principalmente a região Tocantina à qual pertence a cidade de Imperatriz, sofreu também com a dificuldade de se localizar numa tríplice fronteira entre os estados do Maranhão, Tocantins e sul do Pará. Então, por mais que o Maranhão tenha feito *lock down*, as comunidades ficaram constantemente à mercê das

estratégias de combate dos demais estados, diante do constante fluxo dessas populações entre essas regiões.

Sendo a região norte uma das regiões do Brasil em que o número de casos explodiram de forma rápida e desafiaram a capacidade dos poderes públicos de responderem ao vírus, somou-se a isso o hábito arraigado de procurar os remédios locais para curar o vírus, sabendo-se que estavam tratando os sintomas como semelhantes às gripes fortes, usando lambedores, óleos para a garganta seca e expectorantes e garrafadas para aumentar a imunidade dentre outros.

Figura 2: Lambedores e óleos usados no combate a viroses e outras inflamações



Fonte: Acervo da pesquisa.

Enquanto escrevemos no mês de Agosto, estamos paulatinamente recebendo notícias do avanço da infecção por essas regiões, mesmo nas áreas mais afastadas em que a mobilidade não é algo tão fácil; isso diante do poder de contágio do vírus e da descrença da população estimulada pela ingerência e incompetência das autoridades nacionais em executar alguma política para além do negacionismo.

No universo rural, e ainda mais no urbano, o whatsapp e os smartphones têm se tornado simultaneamente um grande veículo de distração, informação e lazer. Na atualidade, muitas casas nessas áreas experimentam a diminuição do uso da televisão, já que o sinal de TV nem sempre é de qualidade, mas todos possuem algum smartphone com *whatsapp* liberado via plano pré pago.

Nesse contexto, as *fake news* que circulam nessa rede social tiveram um papel preponderante enquanto fonte de informação e desinformação. Embora essa população ainda possua alto índice de analfabetismo, o uso dos áudios e vídeos via whatsapp alçou essas pessoas às redes sociais, mesmo que não possuam informações suficientes para discernir o que é verídico do que não é.

Assim, as *fake news* estão sendo a grande máquina de informação e desinformação e isso tem muito a ver com o objeto desta pesquisa. Isso porque, nesse cenário de incertezas diante do vírus e o desconhecimento do porque algumas pessoas conseguem se curar e outras sucumbem, uma vasta gama de hipóteses se desnudaram e nelas, as plantas, ervas e raízes foram o carro-chefe. Nunca houve tantos vídeos com pessoas fazendo indicações de usos de plantas, chás, garrafadas milagrosas, na velha aliança entre desinformação, descrença nos sistemas oficiais de saúde e a

necessidade de se agarrar em algo que possa trazer alento mesmo que enquanto mero paliativo para essa doença.

Então, enquanto a “ciência oficial” e a OMS vêm informar que não há cura para a doença e que a melhor estratégia ainda é o isolamento e as medidas de higiene, as plantas e raízes surgem como o grande trunfo do Brasil no combate ao vírus enquanto elemento para fortalecimento da imunidade. Nesse sentido, não podemos dizer que essas informações circulam apenas entre as pessoas menos favorecidas socialmente, porque foram inúmeros os vídeos em que brasileiros moradores da Itália ou Estados Unidos narram como ficaram curados com plantas, lambedores e unguentos em seus vídeos. Sempre sob o título de “método caseiro eficaz”, a recomendação de receitas com chás, mel, a vitamina C das frutas da terra ou os caldos tradicionais capazes de restabelecer as forças do convalescentes e sobreviventes, com seu fundo de veracidade por serem ricos em nutrientes e fazerem parte do imaginário popular como curativos há muitos anos, retornam como grandes trunfos contra o desconhecido.

Nesse universo de incapacidade do sistema oficial de saúde em responder a enorme demanda e incertezas quanto aos tratamentos, vale desde as vaporizações com hortelã ou eucalipto até o escalda pés com sal grosso, quase num ritual místico religioso de salvamento ou ao menos de alívio das tensões e estresse tão decisivos para a baixa da imunidade das pessoas.

Um dos grandes eleitos foi o chá de boldo, que por ter efeitos cientificamente comprovados enquanto um excelente hepático e protetor gástrico, tornou-se um grande aliado não apenas dos bêbados e gulosos, mas também dos

convalescentes. Dia sim e dia não também era possível receber o vídeo de alguém num grupo da família ou do trabalho do whatsapp mostrando as maravilhas curativas do chá da folha do *Peumus Boldus* ou *Plectranthus barbatus*, o boldo brasileiro. Em segundo lugar, o chá de erva doce que depois de correr todos os grupos de trabalho e família como o equivalente ao tamiflu, medicação usada contra viroses e H1N1, ganhou tanta visibilidade que precisou que médicos e hospitais viessem a público desmentir a matéria.

Além desses, os vermífugos tradicionais também ganharam espaço no viés da busca pelo vermifugo e antiviral ivermectina, apontado como um das melhores apostas de tratamento, inclusive como profilaxia. Nunca houve uma campanha tão massiva de busca por vermifugação da população de uma maneira geral quanto essa, sendo o Brasil um país com baixíssimo índice de saneamento básico. Não por menos, a região Norte foi tão atingida, já que cerca de 82% dessas populações não possuem acesso a água encanada (Fonte: IBGE 2019)¹⁷. Nesse esteio, o alho, o cheiro verde, as pimentas, o óleo de coco e o azeite de babaçu ganharam destaque.

¹⁷Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/82-da-regiao-norte-do-brasil-nao-tem-servicos-de-saneamento-basico/>.

Figura 3: Variedades de cobras, óleos e pimentas supostamente indicadas para imunidade



Fonte: Acervo da pesquisa.

Além destes, inúmeras outras receitas levavam esse componentes, aliados ao limão, mel de abelha e até as pimentas e condimentos picantes, como agentes potencializadores da imunidade no intuito de combater o vírus. Na verdade, nesse cenário, até a boa e velha cachaça foi alçada aos patamares de maravilha curativa, junto com mel e limão, talvez diante da “constatação” (cômica) de que bêbados contumazes e fumantes não estavam sendo acometidos gravemente pelo vírus.

Não estamos nos referindo aqui aos esforços incisivos do governo oficial em tentar estimular as pessoas a quebrarem a quarentena e a oferecer placebos que foram

desde a Cloroquina, a base do velho Quinino, remédio usado no combate ao lúpus e a malária, na verdade, vendida como cura desde a gripe espanhola no século passado. Estamos nos referindo aqui ao processo de incerteza e desinformação que fez com que as pessoas acreditassem até no vídeo da blogueira que afirma que a água tônica¹⁸, por conter quinino, prevenia e curava contra a Covid, numa tentativa de estimular as pessoas a voltarem para uma vida normal.

Por outro lado, é inegável que essas políticas enquanto estratégias de desinformação acabam por sua vez prejudicando as populações mais carentes. No momento em que escrevemos, o Brasil figura entre os países com maiores índices em todas as perspectivas, seja em números absolutos, ou relativos entre o maior número de mortos e de infectados ainda sem perspectiva de quando essa pandemia irá passar. Com o número oficial de mais de 125 mil mortos e a estimativa que esse número esteja subestimado em torno de 3x, o Brasil cria o ineditismo que mais um vez aponta para a incerteza dos indicadores, já que aqui, ao invés de um pico, criamos um platô ainda sem o menor sinal de que os números iriam baixar num cenário próximo, a medida em que as pessoas já abandonam qualquer medida de prevenção ou combate, como se o vírus tivesse ido embora.

Não queremos, contudo, dizer que as nossas receitas da terra não sejam, no entanto, eficientes, mas sim que não temos certeza quanto ao futuro e a ciência (BECK, 2010). Neste momento, iniciam-se as primeiras campanhas oficiais

¹⁸Disponível

em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/04/15/coronavirus-agua-tonica-nao-cura-covid-19-video-e-falso.htm>.

contra a vacinação, muito mesmo antes de qualquer discussão ter se dado pela sociedade. Os antivax, que no resto do mundo referenciam-se como um discurso de descrença quanto a ciência aos poderes globais, aqui revestem-se de discursos direitistas e xenófobos em que a única vacina aceitável deveria vir da Europa ou Estados Unidos, enquanto a Rússia anuncia a última fase de sua pesquisa com a Sputnik 5, Cuba com a primeira vacina da América Latina anunciada para 2021 ou mesmo a descrença com a China e sua parceria com o Instituto Butantã.

No dia 09 de Setembro de 2020, a pesquisa da Oxford junto com o laboratório da Astrazeneca para desenvolvimento de uma vacina, foi suspensa em sua fase dois após um dos voluntários apresentar uma inflamação na medula espinhal, típica de processos virais e autoimunes. De acordo com os cientistas, não se sabe ainda se isso é efeito do vírus ou do processo de imunização da vacina¹⁹. Por isso, dá-se um tempo necessário para verificar se outros participantes vão também apresentar a mesma reação. Essa era a vacina em que o governo brasileira havia apostado, em meio a uma batalha ideológica em que foram rechaçadas as vacinas da Rússia, China e Cuba, sempre com a construção de uma batalha ideológica²⁰ em que importa muito mais a nova guerra fria do que a eficácia das vacinas desenvolvidas.

¹⁹Disponível em: <https://www.brasil247.com/coronavirus/inflamacao-na-medula-suspendeu-testes-da-vacina-de-oxford-para-coronavirus>.

²⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paola-minoprio/2020/08/guerra-fria-das-vacinas.shtml>.

Por mais que a suspensão da vacina do laboratório astrazeneca seja uma etapa comum no desenvolvimento das pesquisas para elaboração de vacinas, a sociedade de uma maneira geral, sobretudo no Brasil, recebeu a notícia como um sinal de que a ciência pode muito pouco diante desse cenário de incertezas, e que contra o vírus não há nada que se possa fazer, a não ser as estratégias de sobrevivência que usamos cotidianamente, dentre elas, o usos das plantas como medicamentos tantas vezes desprezadas pelo conhecimento oficial.

Quando o discurso reveste-se de ideologia para eximir o poder público de qualquer responsabilidade de ação, diante do discurso da inevitabilidade da doença e a arquitetura de um discurso que nada cabe ao poder político nacional, mas sim a sorte ou azar de que todos “vão morrer um dia”, ou o famoso “e daí, eu não sou coveiro”, pronunciados pelo presidente da República, a incerteza faz com que voltemos para a única coisa que nos resta que são as plantas e ervas da terra, na tentativa de expulsar a doença de dentro pra fora, já que ideologicamente essa batalha já foi vencida pela desinformação e a inoperância dos governos locais que demonstram a sua total incapacidade de gerir a vida das pessoas de maneira articulada ou minimamente aceitável.

É o que Bauman chama de “retroutopia” (BAUMAN, 2017), em que assente na desconfiança e num regresso a um passado mitificado, que nunca existiu realmente, do qual se selecionam apenas algumas partes, numa replicação mais imaginária do que real. Deslocamos as esperanças de uma sociedade melhor num futuro que ainda o não foi para um passado que não foi da forma como tentamos fazer crer, num

regresso à caverna, à tribo. Consegui-lo parece uma esperança vazia, mas apenas melhorar a posição individual dentro da mesma. Vive-se numa urgência sem fim e há quem desista de pensar ou construir um mundo, satisfeitos que o mundo lhes aconteça. Mas, se a grande maioria deixou de pensar o futuro, não o fez por opção, mas sim porque não possuem um horizonte. Estão vivos hoje, têm emprego e comida para os filhos, mas não sabem se o terão amanhã. A incerteza não lhes permite ver o futuro para além do imediato e a nostalgia se torna a condição moderna incurável, mas seu perigo está em vivificar desejos nacionais e nacionalistas que se empenham “na fabricação de mitos antimodernos de história por meio de retornos a mitos e símbolos nacionais, e ocasionalmente, com teorias intercambiáveis de conspiração” (BAUMAN, 2017, p. 25). Assim, a retroutopia é o desejo de um passado estável e não de um futuro incerto. A esperança que consola é a da tradição e não do progresso futuro. Para Bauman, a nostalgia é um mal incurável da modernidade.

Nesse cenário, ganham destaque os discursos políticos que pregam a volta ao passado e aos valores que conhecemos. É diante disso que as plantas e remédios raizeiros surgem como uma alternativa de um lugar conhecido, imaginário e arquetípico, de um tempo em que nossas avós não precisavam depender do estado nação para garantir as certezas, pois havia no saber da tradição sua fonte imaginária e arquetípica de ordenamento da vida.

Não queremos com isso dizer que os remédios tradicionais não possuam seus efeitos, mas que no cenário de incertezas, os remédios dos raizeiros são o apoio na tradição, naquilo que tem uso milenar. Na incerteza, no risco, olhamos

para trás e buscamos as respostas já que o futuro ultrapassa o limite aceitável das incertezas.

Vive-se numa espécie de eterno presente, com mais perguntas do que respostas, mais problemas do que soluções. Mas regressar ilusoriamente ao passado, seja ele qual for, não parece solução para quebrar o enguiço. É necessário encontrar outras formas de viver o tempo que temos para viver, valorizando a memória, mas sem ficar preso à história, não temendo paradoxos ou o que não se conhece por inteiro, porque é nesse processo que o desejável pode ser alcançado.

Diante da nossa incapacidade de dizermos ou planejarmos como será o futuro, preferimos alimentar a segurança de nosso passado e nele, nossa fauna e flora eram suficientes para responder aos desafios e doenças locais, um cenário mais condizente com as culturas locais em que para cada enfermidade, a ecologia do local possuía as respostas em seu próprio meio. No entanto, em um cenário em que a globalização extrapola o risco (BECK, 2010), voltar às origens e ao local reservado na memória aos remédios que nossas avós usavam, traz junto com a carga emocional as lembranças, o conforto, as memórias coletivas e o alento que não tivemos por vias oficiais.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Agamben G, Zizek S, Nancy JL, Berardi F, Petit SL, Butler J, Badiou A, Harvey D,

Han B-C, Zibechi R, Galindo M, Gabriel M, González GY, Manrique P, Preciado PB. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio); 2020. 188 p. Disponível em <https://bit.ly/sopadewuhan>.

BAUMAN, Zygmunt. *Retroutopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017

BECK, Ulrich. *Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: ed 34, 2010.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

Sobre os Autores

Alexandro de Paula Silva

Mestre em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN.
E-mail: alexandredepaula_@hotmail.com

Ana Maria Moraes Costa

Doutora em Ciências Sociais - UFRN e docente do PPGCISH
– UERN

Eliane Anselmo da Silva

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Universitário Central da UERN (Departamento de Ciências e Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC). E-mail: elianeanselmo@uern.br

Jean Henrique Costa

Sociólogo e Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN. E-mail: prof.jeanhenriquecosta@gmail.com

José Wilson Correa Garcia

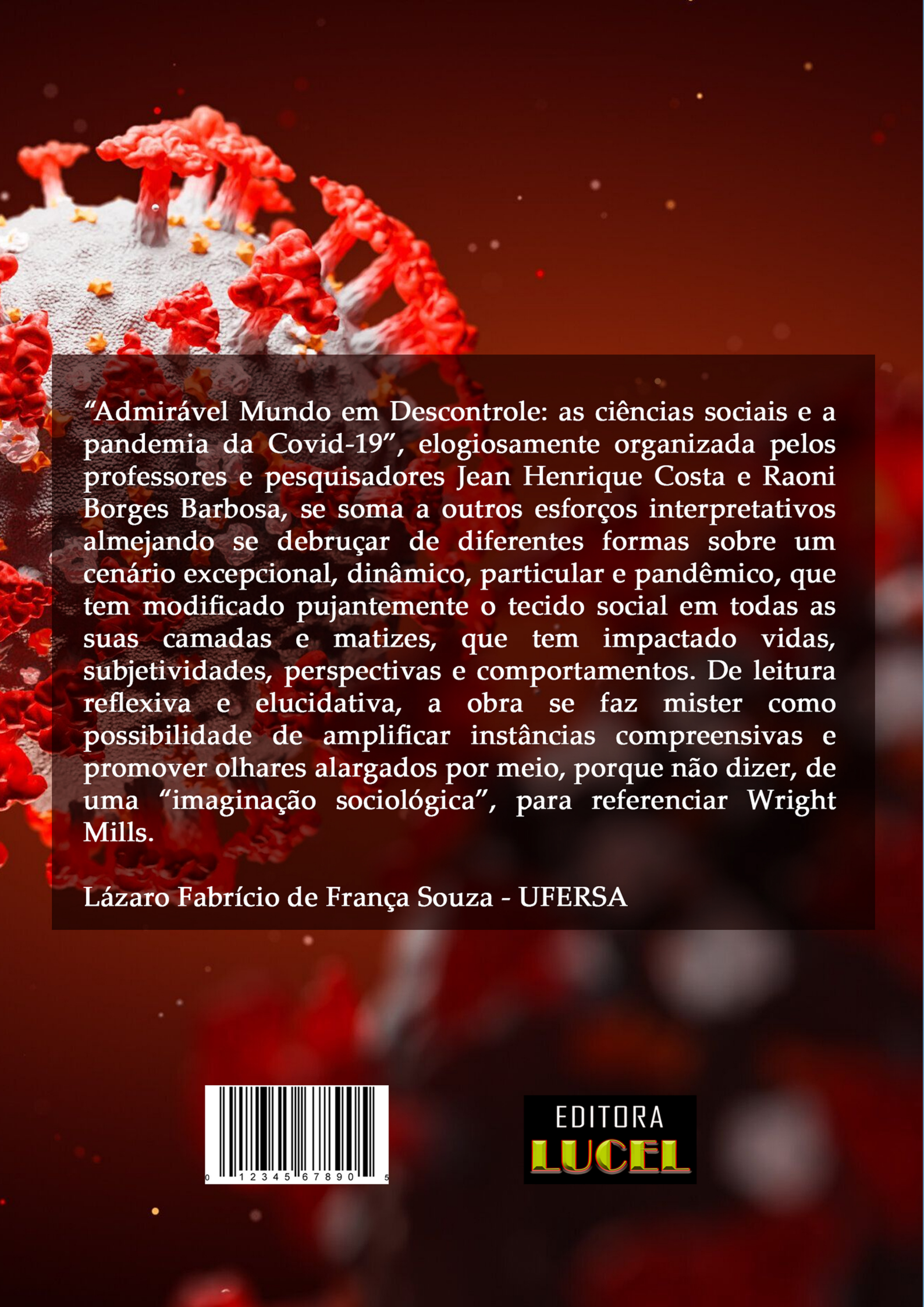
Pós-graduado em Gestão Pedagógica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Juventude e Adolescência no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Graduado em Filosofia, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE); Graduando em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: josewilsongp@gmail.com

Lidiane Alves da Cunha

Doutora em Ciências Sociais - UFRN e docente do DCSP - UERN

Raoni Borges Barbosa

Cientista Social e Doutor em Antropologia. Professor Visitante da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-Mail: raoniborges@uern.br



“Admirável Mundo em Descontrole: as ciências sociais e a pandemia da Covid-19”, elogiosamente organizada pelos professores e pesquisadores Jean Henrique Costa e Raoni Borges Barbosa, se soma a outros esforços interpretativos almejando se debruçar de diferentes formas sobre um cenário excepcional, dinâmico, particular e pandêmico, que tem modificado pujantemente o tecido social em todas as suas camadas e matizes, que tem impactado vidas, subjetividades, perspectivas e comportamentos. De leitura reflexiva e elucidativa, a obra se faz mister como possibilidade de amplificar instâncias compreensivas e promover olhares alargados por meio, porque não dizer, de uma “imaginação sociológica”, para referenciar Wright Mills.

Lázaro Fabrício de França Souza - UFERSA



EDITORA
LUCEL